



Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Nada de novo?:
O discurso sobre a crise como dimensão da competição partidária

Carla Alexandra Oliveira da Silva

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Ciência Política

Orientador:
Paulo Pedroso
Professor Auxiliar Convidado
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2017



Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Nada de novo?:
O discurso sobre a crise como dimensão da competição partidária

Carla Alexandra Oliveira da Silva

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Ciência Política

Orientador:
Paulo Pedroso
Professor Auxiliar Convidado
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2017

Resumo

Esta pesquisa pretende compreender potenciais efeitos exercidos pela entrada de um novo assunto na agenda política - a crise - nas dinâmicas de competição partidária, uma vez que esta traduz a dimensão de interação dos sistemas partidários, permitindo, simultaneamente, observar as posições estrategicamente assumidas que cada um dos partidos e os seus efeitos sistémicos.

A análise empírica foi orientada para a obtenção de respostas sobre a forma como os partidos parlamentares se apropriaram do novo assunto na agenda. Para tal, a observação segmentou-se da seguinte forma: i) a posições individualmente assumidas pelos partidos parlamentares sobre as causas de crise; ii) as propostas de solução individualmente apresentadas por cada um dos partidos; iii) as relações, de cooperação e de concurso, que consideraram ser as mais adequadas a desenvolver na situação excecional que a crise representa.

Verificou-se que a linha principal de clivagem do sistema partidário português se manteve inalterada, ou seja, a disputa do governo entre PS e PSD, não tendo surgido novas linhas de clivagem. O fator exógeno "crise" foi absorvido, de forma individual, por cada um dos partidos do sistema, não introduzindo alterações significativas na sua estratégia de competição.

A polarização de posições, mesmo quando ancorada na valoração normativa das medidas, foi suficientemente clara para que se mantivesse a *decidability of the offer*. Este facto, denota capacidade de adaptação dos partidos ao novo contexto, apesar da excecionalidade do assunto, tendo estes desenvolvido as estratégias de apropriação que consideraram ser as mais adequadas aos seus objetivos

Palavras-chave: Partidos políticos; Competição partidária; Issue Ownership; Sistemas partidários.

Abstract

This research aims at understanding the potential effects exerted by the introduction of a new subject in the political agenda - the crisis - over the dynamics of competition of political parties, as this competition embodies the interactional dimension of party systems, allowing simultaneously to observe the strategically assumed positions that of each party and its systemic effects.

The empirical analysis was designed to inquire on the way in which the parliamentary parties appropriated the new topic of the agenda. The observation was thus segmented as follows: i) individual positions taken by the parliamentary parties on the causes of crisis; (ii) individually submitted proposals for a solution; (iii) the cooperation and competition relations which they considered to be the most suitable to develop in the exceptional situation of crisis.

It was verified that the main line of cleavage of the Portuguese party system remained unchanged, that is, the government dispute between PS and PSD, and no new lines of cleavage emerged. The exogenous "crisis" factor was absorbed, individually, by each party of the system, without significant changes in its competition strategy.

The polarization of positions, even when anchored in the normative assessment of the measures, was sufficiently clear to maintain the decidability of the offer. This fact denotes the parties' ability to adapt to the new context, despite the exceptionality of the subject, and they have developed the appropriation strategies that they considered to be the most adequate to their objectives.

Keywords: Political parties; Party competition; Issue Ownership; Party systems.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	2
1.1 Partidos políticos	2
1.2. Sistemas partidários	7
1.3 Competição partidária.....	9
1.4 Os assuntos, a propriedade do assunto e a ação discursiva das ideias políticas como dimensão da competição.....	12
2. PARTIDOS, SISTEMA PARTIDÁRIO E COMPETIÇÃO PARTIDÁRIA EM PORTUGAL.....	15
2.1 O novo contexto: a "Grande Recessão" e os seus efeitos nos sistemas partidários.....	20
3. ENQUADRAMENTO DA PESQUISA.....	21
3.1 Problematização.....	21
3.2 Objetivos e objeto da análise	23
3.3 Conceptualização e operacionalização de conceitos	24
3.4 Hipóteses.....	26
3.5 Metodologia e dados.....	26
4. O DISCURSO DOS PARTIDOS SOBRE A GRANDE RECESSÃO: ANÁLISE EMPÍRICA.....	28
4.1 Análise descritiva dos dados	28
4.2 Topologia do espaço de competição partidária (ACM).....	33
4.3 Tipologia de partidos em função das estruturas discursivas (Análise de Cluster)	37
CONCLUSÕES.....	41
FONTES.....	44
BIBLIOGRAFIA	44
ANEXOS	I

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Operacionalização do conceito de estratégia discursiva.....	25
Quadro 2 – Posicionamento dos Partidos sobre os Temas	32
Quadro 3- Medidas de discriminação.....	33
Quadro 4 - Variáveis ativas da ACM por cluster	37

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo de análise	23
------------------------------------	----

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

PS - Partido Socialista

PSD - Partido Social Democrata

PCP - Partido Comunista Português

CDS-PP . Centro Democrático e Social - Partido Popular

BE - Bloco de Esquerda

PEV - Partido Ecologista Os Verdes

UE - União Europeia

FMI - Fundo Monetário Internacional

INTRODUÇÃO

A Grande Recessão foi já considerada a maior crise económica de escala mundial depois da Crise de 29 do século XX. Os seus efeitos foram sentidos com particular acutilância nos países do Sul da Europa.

Os partidos políticos e os parlamentos nacionais destes países tiveram que dar resposta a uma crise de grande magnitude, tendo no entanto que manter os compromissos decorrentes da integração europeia. A legitimação dos mecanismos europeus, bem como das exigências de cumprimentos de metas e de implementação de medidas impopulares confrontou os governos e os partidos destes países com mais um desafio, o de legitimar as suas posições sobre as causas e as soluções para a crise.

Sendo a apropriação de assuntos uma dimensão da competição partidária e sendo esta a dimensão de interação entre partidos, unidades do sistema, e sistema partidário, é pertinente escolher como objeto de estudo o discurso dos partidos sobre a crise, uma vez que a entrada de um novo assunto na agenda é uma oportunidade de analisar todo o processo de apropriação, não ficando confinado aos assuntos cuja propriedade já se encontra claramente definida.

A pergunta de partida pode ser formulada da seguinte forma: como é que as posições assumidas por cada um dos partidos parlamentares acerca da "grande recessão" traduziram as suas estratégias de competição partidária e em que medida contribuíram para a manutenção do sistema partidário inalterado?

Para responder, optou-se por eleger como objeto empírico a arena parlamentar, por ser aí que a dimensão de interação se encontra menos exposta a intervenções exteriores ao sistema partidário.

Os objetivos dos partidos e a sua matriz identitária são a grelha diferenciadora que sustenta o olhar sobre o objeto. Mas é nos conteúdos discursivos que esta se consubstancia, pois são eles que materializam as estratégias.

A compreensão das estratégias partidárias por via do seu desempenho discursivo visando a afirmação de uma posição sobre um determinado assunto não tem sido uma abordagem frequente na análise da competição partidária em Portugal. Este facto serviu de motivação para trabalhar um campo analítico sobre o qual ainda há muito de novo a ser explorado.

No primeiro capítulo serão revisitadas os quadros teóricos que enquadram a pesquisa. Primeiro, os partidos, com enfoque nas tipologias de partidos propostas por Anthony Downs (1957) e por Richard Gunther e Larry Diamond (2003). Depois os sistemas partidários, com a classificação dos sistemas em função do número de partidos que o compõem e das suas interações, de Giovanni Sartori (1976), complementada pela análise de Peter Mair (1997; 2006) acerca dos fatores endógenos e exógenos dos quais depende a manutenção do seu equilíbrio. A competição partidária, nomeadamente as

condições para que exista, na perspectiva de Stefano Bartolini (1999, 2000) e a propriedade do assunto (*issue ownership*) como dimensão analítica da competição partidária (Budge e Farlie, 1983; Petrocik, 1996; Walgrave e De Swert, 2007; Green, 2007; Green-Pedersen e Mortesen, 2010; Walgrave, Lefevere e Tresch, 2012; De Bruycker e Walgrave, 2013; Guinaudeau e Persico, 2014). Por fim, o discurso como fator de mudança institucional, conceito em que assenta a pesquisa (Schmidt, 2004, 2008, 2011).

No segundo capítulo, revê-se a literatura sobre os partidos e o sistema partidário português (Freire, 2006; Jalali, 2007, 2017).

O terceiro capítulo expõe a problematização da pesquisa, os seus objetivos e objetos, define os conceitos a trabalhar, o modelo de análise, a metodologia e as hipóteses.

No quarto e último capítulo apresenta-se a análise empírica, feita com base na análise dos discursos parlamentares dos partidos portugueses aquando da discussão dos Programas de Estabilidade e Crescimento, entre março de 2010 e março de 2011.

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1 Partidos políticos

Nas democracias representativas, os eleitores delegam nos representantes, eleitos em regra por via dos partidos, a capacidade de transformar ideias em políticas. Esses partidos são, assim, as organizações sobre as quais a delegação de competências recai total ou predominantemente. Desta forma, as políticas dos governos decorrem geralmente das políticas defendidas pelos partidos, uma vez que são implementadas pelos mesmos atores.

Os partidos políticos não são homogêneos; são várias as propostas de tipificação desenvolvidas por cientistas políticos ao longo do século XX (Maurice Duverger, 1951; Anthony Downs, 1957, Otto Kirchheimer, 1966, ou Angelo Panebianco, 1988; Mair, 1997 e 2008, Gunther e Diamond, 2003). Várias destas tipologias apresentam uma fragilidade teórica, enunciada por Gunther e Diamond (2003), que se prende com a especificidade contextual sobre a qual assentam, que lhes retira a flexibilidade necessária para compreender a multiplicidade cultural existente no mundo, bem como a diversidade que advém de novos contextos tecnológicos, comunicacionais e sociais, uma vez que esta evolução traz consigo “important implications for the structure, resources, objectives and behavioural style of political parties” (p. 190).

Apesar das críticas apontadas, reconhece-se validade à tipologia downsiana, por espelhar uma das vertentes da ação partidária, a da ação orientada para otimização dos resultados eleitorais em função de objetivos definidos conjunturalmente pelos partidos, sendo este um quadro teórico relevante nesta análise, por esta ter por objeto um momento de grande alteração do contexto económico e social.

A análise dos partidos políticos desenvolvida por Anthony Downs (1957) assenta numa visão dos partidos como atores racionais, visão importada da Economia para o campo da Ciência Política. A tipologia propõe a existência de três ideal-tipo¹ de partido; o partido cujo objetivo é alcançar o maior número de votos (*vote-seeking*); o partido cujo objetivo é chegar ao governo (*office-seeking*); e o partido cujo objetivo é implementar as políticas públicas que considera mais eficazes (*policy-seeking*).

Partidos *vote-seeking*: Anthony Downs aponta como objetivo principal dos partidos políticos a obtenção do maior número de votos, pois são os votos que traduzem as vitórias eleitorais. O autor sustenta este postulado argumentando que os partidos orientam a sua ação no sentido “formulate policies in order to win elections, rather than win elections in order to formulate policies” (1957: 28 apud Strom, 1990: 8). A motivação para lutar pelo maior número de votos decorreria da motivação individual das lideranças, atores centrais na definição da estratégia partidária, movidas pelo “desire for power, prestige and income” (1957: 30-1 apud Strom, 1990: 8).

Esta interpretação dos objetivos e da ação estratégica dos partidos aplica-se de forma mais imediata aos sistemas bipartidários do que aos pluripartidários, no entanto, o autor, quando se refere a sistemas multipartidários considera que a possibilidade de participação num governo de coligação é favorecida pelo número de votos obtidos, ou seja, os partidos não buscam somente ter mais votos que os partidos concorrentes, pretendem também maximizar a vantagem que retiram da votação alcançada.

Este modelo de comportamento partidário traduz uma estratégia inteiramente instrumental por parte dos partidos, ou melhor, destes instrumentalizados pelas estratégias dos líderes partidários.

Partidos *office-seeking*: Os partidos políticos cujo modelo de comportamento assenta em estratégias que visam a concretização da pretensão de fazer parte do governo tentam maximizar os seus votos somente até ao ponto em que consideram esses votos necessários para que possam atingir os seus objetivos de partida (Riker, 1962), que podem não ser a obtenção do maior número de votos mas a obtenção dos votos necessários para que sejam tidos em conta no momento de formação do governo.

Esta estratégia é particularmente relevante quando se analisa a formação de governos de coligação, frequentes nos sistemas eleitorais de base proporcional uma vez que, para os partidos *office-seeking*, o desejo de chegar ao governo é comparável ao desejo de vencer um prémio previamente fixado, entregue aos vencedores, sozinhos ou coligados e, neste último caso, dividido entre os partidos vencedores. (Laver e Schofield, 1990).

¹ Por definição, a construção ideal-típica, tal como definido por Max Weber, não corresponde à descrição de casos empíricos mas à acentuação de traços que visam tornar evidente as características específicas de um modelo. Não encontramos na análise empírica nenhum partido cujos objetivos se circunscrevam de forma clara, sendo todos os partidos formas híbridas que se constroem a partir da conjugação de características dos três ideal-tipo apresentados.

O valor atribuído ao facto de fazer parte do governo pode ser percecionado como um valor intrínseco, ou seja uma noção centrada nos dividendos imediatos que se retiram por pertencer ao governo numa lógica de recompensas pessoais - ministérios, secretarias de estado, lugares na administração pública, etc -; pode ser entendido como a forma, a possibilidade, de influenciar as políticas públicas; ou, uma terceira visão que encara o governo como um meio de aumentar a visibilidade do partido e dos seus líderes, podendo com isso alcançar benefícios em eleições posteriores, ou seja, valor eleitoral (Budge, Laver, 1986).

São apontadas duas críticas a esta caracterização: a primeira acerca do valor eleitoral que representa para um partido pertencer ao governo em funções, uma vez que consideram que a posição de incumbente ganha protagonismo junto do eleitorado, mas pode ser penalizada eleitoralmente ao ser responsabilizada pelo seu desempenho (Muller e Strom, 1999); por outro lado a abrangência dada à abordagem de tipo instrumental, em que se inclui também a vontade de influenciar políticas, pode tornar pouco clara a tipificação, confundindo-se, neste caso, as características de um partido *office-seeking* com as características que definem os partidos *policy-seeking*. Strom propõe que, para clarificar, no decurso da análise da ação dos partidos, se observe se a negociação do partido tenderá a abdicar de políticas para obter lugares e não o contrário².

Partidos *policy-seeking*: O objetivo deste tipo de partidos é a maximização da influência exercida sobre a construção e implementação das políticas públicas. Na raiz deste modelo está a visão da competição partidária como competição programática, materializada na apresentação de propostas políticas diferenciáveis entre si (Muller e Strom, 1999).

Tal como no caso dos partidos *office-seeking*, a tipificação deriva grandemente do estudo das coligações de governo e do comportamento dos partidos que nelas participam. No caso do modelo de comportamento dos partidos *policy-seeking*, estes integram coligações formadas, tendencialmente, entre partidos que apresentam similitudes programáticas, contrariando, desta forma, as correntes de pensamento que afirmam que todos os partidos que participam num ato eleitoral se encontram em iguais condições para integrarem uma coligação de governo.

Neste caso, o sucesso pode ser medido pela quantidade de assuntos e políticas que um partido defende e que são implementadas. O abandono de um assunto ou política por um partido que centra a sua estratégia na influência sobre as políticas públicas é muitas vezes consequência da negociação que este tem que fazer para pertencer a uma coligação. Quando isto acontece, o impacto na perceção que os eleitores passam a ter sobre o partido depende, pelo menos parcialmente, da forma como as

² "Is this behaviour aimed at increasing the party's control of executive office benefits, for whatever reason, even if it means sacrificing policy objectives or our prospects in the next election?" (Strom, ???)

lideranças constroem e apresentam a narrativa justificativa da mudança de posição. Esta pode ser apresentada como concessão ou como vitória, uma melhoria da proposta inicial. No entanto, as limitações que o líder tem para negociar e ajustar as políticas com os outros partidos depende da liberdade que o partido lhe dá de assumir essas mudanças, podendo variar o grau de liberdade conforme o assunto em questão seja mais ou menos central no programa desse partido (Muller e Strom, 1999).

Não perdendo de vista que o enfoque nas políticas públicas dos partidos *policy-seeking* é o elemento que motiva a sua ação, este é o elemento da tipologia que apresenta maior fragilidade teórica, uma vez que sem influência governativa dificilmente algum partido conseguirá implementar as políticas que defende, logo existe a necessidade de pertencer ao governo.

Partidos antissistema/Partidos chantagistas: Na tipologia de Downs são apresentados os partidos que agem em função da otimização dos resultados eleitorais, tendo em vista os seus objetivos. No entanto, nem todos os partidos são cooperativos ou convergentes para a consolidação dos sistemas políticos democráticos.

Vários autores associam os partidos antissistema à defesa de ideologias totalitárias, mantendo-se no sistema com o objetivo de o destruir, podendo até optar por modelos de ação violentos, ou seja, partidos que não defendem nem o sistema democrático, nem o pluralismo partidário (Duverger, 1951; Daalder, 1966; Zimmermann, 1989). Sendo a institucionalização do dissenso a base da democracia, tem de ser permitida a existência deste tipo de partidos, uma vez que “there can be, in abstract, no a priori limitation on the degree of dissent that an opposition can voice” (Capoccia, 2002: 13).

Os partidos também podem ser considerados antissistema com base no quadro relacional existente no sistema partidário, seja porque ideologicamente se afastam dos outros partidos ou porque a sua ação e a sua retórica tenta deslegitimar o regime onde se encontram (Sartori, 1976; Capoccia, 2002). Assim, o que interessa não é a matriz ideológica e sim o que as opções ideológicas implicam na relação do partido com os valores que norteiam o sistema onde este partido está enquadrado.

Anthony Downs (1957) considera que a existência de partidos que não colaborando sistematicamente com os partidos de governo, tem relevância pelo poder de chantagem que exercem sobre os outros partidos (*blackmail party*), uma vez que têm peso parlamentar suficiente para bloquear a ação legislativa e/ou executiva. Giovanni Sartori salienta a relação existente entre os partidos antissistema e os partidos-chantagem quando a análise do sistema partidário se faz a partir da dimensão de competição partidária (Sartori, 1976: 108-109). O autor afirma que "the blackmail potential of the electoral party finds its equivalent in the veto potential, or indeed the veto power, of the parliamentary party with respect to the enactment of legislation" (Sartori, 1976: 109).

O elemento unificador destes dois tipos de partidos, chantagista e antissistema, é a sua afirmação no sistema partidário ser feita, pelo menos em parte, pela negativa. Se os partidos *vote-seeking*, *office-seeking* e *policy-seeking* pretendem integrar o governo e essa vontade pode ser considerada positiva, construtiva, os partidos antissistema e chantagistas pretendem, na oposição, forçar o governo a reorientar a sua ação, muitas vezes bloqueando a ação governativa apesar de não integrarem o governo (chantagista) ou, em última instância, forçar a alteração do sistema (antissistema). Estes partidos são, assim, um ponto de veto no sistema político.

Identidade matricial dos partidos Os atores políticos, nomeadamente os líderes dos partidos, podem moldar as estratégias partidárias nos termos da tipologia apresentada. Mas se têm autonomia de ação, agem também segundo padrões de comportamento pré-definidos, decorrentes de dimensões estruturais da organização a que pertencem, porquanto os partidos não são recetáculos vazios.

As três dimensões analíticas observadas por Gunther e Diamond na sua tipologia de partidos políticos – organização formal, compromissos programáticos e nível de tolerância e pluralismo do partido – têm incorporadas as questões relativas à padronização da ação e à consequente criação de uma identidade partidária. Porém a sua análise não se resume aos efeitos do caminho trilhado, uma vez que ao fundamento histórico adicionam a mudança social e tecnológica, considerada essencial à evolução dos partidos (2003:173). Os autores classificam os partidos em cinco macro categorias: partidos de base elitista; partidos de massas; étnicos; eleitoralistas e movimentos-partido, resultando numa estrutura tipológica composta por 15 tipos de partido e dois tipos de partido-movimento.

Os partidos de base elitista são definidos como “those whose principal organizations are minimal and based upon established elites and related interpersonal networks within a specific geographic area” (Gunther e Diamond, 2003: 175). São os partidos característicos do século XIX.

Os partidos de massas são os que emergiram da mobilização política das classes trabalhadoras na Europa, no século XX. Caracterizam-se por uma ampla base de militantes que paga quotas e se mobiliza para atividades do partido, mesmo entre períodos eleitorais (Gunther e Diamond, 2003: 178).

Os partidos de base étnica distinguem-se porque “they do not advance a program (whether incremental or transformative) for all of society. Their goals and strategies are narrower: to promote the interests of a particular ethnic group, or coalition of groups” (Gunther e Diamond, 2003: 183).

Os partidos eleitoralistas caracterizam-se por ter uma estrutura organizativa pequena, mas que em períodos eleitorais se amplifica, e pelo papel destacado que os candidatos e as lideranças assumem. Surgem num contexto de aumento do individualismo, diminuição da polarização ideológica e menor mobilização dos cidadãos para as atividades políticas. Em suma, são os partidos que traduzem a

realidade social dos últimos 40 anos e que relevam das formas de comunicação de massas assente na tecnologia, seja a televisão ou, mais recentemente, a Internet.

Por fim, Gunther e Diamond descrevem um novo tipo de partido, que se afasta da estrutura tradicional dos partidos e se aproxima daquilo que é comumente nomeado como sociedade civil, os partidos-movimento. Os autores justificam a emergência desta forma de organização partidária com a desilusão dos cidadãos relativamente aos partidos políticos, vendo o eleitorado nos partidos-movimento uma resposta da sociedade civil à tendência para a indiferenciação dos partidos.

A aplicabilidade no campo empírico e a forma como complementa a tipologia de Downs, centrada nas teorias da ação racional, justificam a mobilização desta tipologia. A combinação da tipologia de Downs com a de Gunther e Diamond permitem uma classificação dupla dos partidos pelos objetivos racionais, conduzidos pelas lideranças, e pela identidade organizacional definida pela história e modelo de organização adotada.

1.2. Sistemas partidários

Classificação dos sistemas partidários

Um sistema partidário é mais do que a contagem do número de partidos existentes em determinado contexto. Os sistemas resultam sempre do conjunto das unidades e das relações entre elas. O número de partidos em competição e o peso de cada um indica o nível de fragmentação de um sistema e, conseqüentemente, o grau de complexidade das relações entre partidos que o compõem (Sartori, 1976)

A contagem dos partidos que compõem determinado sistema tem, ela própria, um conjunto de regras, usadas para atribuir maior ou menor relevância aos partidos e, desta forma, estes serem ou não contabilizados como sendo parte constitutiva do sistema. São três os critérios para estabelecer a relevância de um partido: i) número de votos alcançado; ii) potencial de coligação, ou seja, a necessidade de um partido muito votado ter um parceiro de coligação de governo pode transformar um partido com pouca relevância eleitoral num partido indispensável; e iii) a capacidade de exercer pressão, ou seja, partidos que, não estando disponíveis para pertencer a uma coligação de governo, condicionam as estratégias de competição dos seus adversários e têm capacidade de alterar a direção da competição partidária (*blackmail potencial*), dada a sua relevância parlamentar (Sartori, 1976).

Giovanni Sartori propõe sete classes de sistemas partidários, a partir do número de partidos relevantes do sistema, sendo duas delas referentes a sistemas multipartidários (*limited pluralism* e *extreme pluralism*). Sobre estes, o autor afirma que a " fragmentation of the party system can reflect either a situation of *segmentation* or a situation of *polarisation*, i.e., of ideological distance. (...) we are

peremptorily required to pass from the classification to the typology and, thereby, to implementing the numerical criterion with ideology as a criterion"(Sartori, 1976: 111).

O conceito de ideologia é aqui utilizado como uma categoria analítica para caracterizar os sistemas multipartidários como tendo um pluralismo moderado, apesar da fragmentação decorrente do número elevado de partidos, ou como tendo um pluralismo polarizado, quando à fragmentação acresce a polarização ideológica. Diz o autor: "The solution lies in having the segmented politics checked by the ideology variable. If they are fragmented but not polarised, they will be attributed to the type of (ideologically) moderate pluralism. If they are fragmented and polarised, they clearly belong to the type of (ideologically) polarised pluralism". (Sartori, 1976: 111).

Para o autor, os sistemas partidários pluralistas moderados derivam de sistemas partidários segmentados e são traduções institucionais das linhas de clivagem, ideológicas e religiosas presentes em determinado contexto social (Sartori, 1976: 160).

Equilíbrio dos sistemas partidários

Sartori, aponta aos sistemas partidários complexos uma tendência para a inércia, que se traduz na manutenção das formas de interação entre os partidos políticos (Sartori, 1976). Mas essa tendência para a imutabilidade não tem de corresponder a uma imutabilidade da organização interna dos partidos políticos que integram o sistema, uma vez que as alterações internas dos partidos não parecem implicar uma correspondente alteração do sistema partidário. Por outro lado, as alterações dos sistemas partidários também não acarretam necessariamente alterações na estrutura interna dos partidos políticos (Mair, 2008:6).

Peter Mair refere que o equilíbrio dos sistemas partidários depende da capacidade de adaptação a alterações contextuais, exógenas ou endógenas. As alterações contextuais trazem novas necessidades dos eleitores, a que os partidos políticos terão que dar resposta. A adaptação dos partidos tanto pode ser motivada por estas novas necessidades do eleitorado como pela percepção das elites partidárias de que é necessário reagir e alterar o *status quo* (Gunther e Diamond, 2003).

No entanto, a estrutura de competição em que se desenrola a interação mantém-se a mesma, ou seja, a estrutura sobre a qual se desenrola a competição partidária, bem como as dimensões de competição já estabelecidas entre os partidos, contribuem para “congelar” o sistema partidário, para o manter estável. Essas dimensões de competição resultam da ação estrategicamente orientada dos partidos, podendo ser dimensões de competição os assuntos programáticos que cada partido privilegia, o posicionamento conjuntural estratégico face à construção de alianças na formação de governos ou a construção de narrativas a factos relevantes para a relação com o eleitorado.

Mair defende ainda que a dimensão primordial da competição partidária é a da competição pelo governo, contendo esta dimensão a possibilidade de cooperação entre partidos no sentido da formação de coligações. As estruturas de interação são, deste ponto de vista, passíveis de ser analisadas através da observação da alternância de partidos no governo; a inovação nas soluções de governo encontradas, nomeadamente na formação de coligações entre partidos que nunca o tenham feito antes; e finalmente, na existência de abertura à participação de novos partidos no governo, ou seja, abrir a governação a partidos que nunca nela tivessem participado (Mair, 1997).

Por outro lado, o alinhamento do eleitorado em redor de clivagens estáveis leva os partidos a manterem-se, também eles, fiéis a um conjunto de valores programáticos, uma vez que estes garantem a sua ligação ao eleitorado. Clivagens são formas institucionalizadas de manifestação de diferenças, ou divergências, estruturais nas sociedades. Essas clivagens – religiosas, culturais ou ideológicas – permitem aos eleitores alinhar-se em torno dos partidos políticos que melhor respondem às suas necessidades. Assim, "a structural division is transformed into a cleavage, if a political actor gives coherence and organized political expression to what otherwise are inchoate and fragmentary beliefs, values and expressions among members of some social group" (Kriesi, 2010: 673). No entanto, a introdução de alterações substantivas nas dimensões que os partidos consideram relevantes em contexto de competição partidária, nomeadamente a perceção da existência de novas linhas de clivagem, pode desencadear uma reconfiguração do sistema partidário, neste caso sem implicar alterações substantivas na estrutura interna dos partidos políticos que o compõem. Ao traduzirem divergências estruturais das sociedades, as clivagens são pouco sensíveis a alterações conjunturais e contribuem para a perenidade dos sistemas partidários. Na sua análise dos sistemas partidários europeus, Lipset e Rokkan concluíram que "the party systems of the 1960's reflect, with few but significant exceptions, the cleavage structures of the 1920's" (Lipset e Rokkan, 1967:50).

A estratégia dos partidos condiciona a forma assumida pelos sistemas partidários, uma vez que estes traduzem as clivagens existentes e que estas condicionam a política de alianças, coligações e fusões (Lipset e Rokkan, 1967). A resiliência do sistema partidário depende assim do poder adaptativo dos partidos aos desafios endógenos e exógenos com que se confrontam.

1.3 Competição partidária

Stefano Bartolini afirma que "Competition is a social relationship characterized by a system of interaction among consciously rival autonomous actors. Competition can also be seen as the unintended outcome of such a system of interaction; that is, as the consequence or social functions for the social circle of which the competitors are part" (1999: 438).

Há outros tipos de interação entre atores autônomos de tipo não competitivo. São eles o conflito, a negociação e a cooperação. No caso do conflito, este modelo de interação liga-se à competição porque ambos têm como matriz da ação o individualismo, contrastando com o princípio de solidariedade que preside à negociação e à cooperação. Observando os objetivos que presidem à ação dos intervenientes e como estes condicionam a relação de interação que estabelecem, verificamos que nos casos do conflito e da negociação os objetivos dos atores são diferentes entre si. Pelo contrário, nos casos da competição e da cooperação os objetivos dos atores envolvidos são similares.

Também a percepção que os atores têm dos seus interesses e dos interesses dos outros atores orienta a ação a estratégia de interação escolhida. Assim, as relações de tipo conflitual tendem a ser opção quando os atores entendem os seus interesses como opostos; relações de tipo negocial ocorrem quando os atores consideram que os interesses são diferentes mas não contraditórios; atores que optam pela relação de tipo cooperativo veem os seus interesses como semelhantes ou complementares aos interesses dos atores com quem interagem; por fim, os atores que encaram os seus interesses como independentes dos interesses dos outros atores desenvolvem estratégias de tipo competitivo.

Vários autores salientam a importância da arquitetura institucional sobre a qual assenta o sistema partidário como tendo impacto na persistência dos sistemas partidários, uma vez que são as formas institucionais de organização que regulam a relação entre os partidos políticos e que potenciam formas de interação entre os partidos, de maior ou menor competição (Lipset e Rokkan, 1967). Sendo a arquitetura institucional feita pelos próprios partidos, estes são, simultaneamente, autores do guião e atores, facto que leva Stefano Bartolini a considerar que todos os sistemas partidários assentam no conluio entre partidos, pois mesmo em sistemas partidários competitivos os partidos entram em acordo para a definição das regras de interação/competição entre si (Bartolini, 1999).

Assim, observa-se que os sistemas partidários são maioritariamente "colusivos" e esta é uma das razões da sua persistência. No entanto, a necessidade de responder à diversidade do mercado eleitoral leva a que os partidos desenvolvam relações de competição e, apesar de estas relações se estabelecerem dentro de um edifício institucional construído a partir do acordo entre todas as partes (colusivo), disputem o "prémio", que neste caso será a possibilidade de governar.

Um efeito não intencional da competição, identificado por Bartolini, é a capacidade de resposta (*responsiveness*) uma vez que, mesmo que não seja intenção dos partidos terem mais votos, ou chegar ao governo, são forçados a fazê-lo na tentativa de alcançarem melhores resultados eleitorais. "Elections make politicians accountable on a regular basis, but only competitive interactions make them responsive" (Bartolini, 1999: 450). Assim, a capacidade de resposta é um valor social não

pretendido da ação dos partidos, uma vez que os partidos são forçados a adaptar-se em função da demanda mesmo não tendo essa intenção formulada na sua estratégia de partida.

São identificáveis quatro condições empíricas para que a competição se traduza em capacidade de resposta. Em primeiro lugar, a participação no mercado eleitoral, a possibilidade de concorrer, deve ser aberta a todos os que nele queiram participar – *electoral contestability* -, pois só assim se garante a existência de pluralismo partidário. No entanto, a abertura à participação em eleições não garante que estas sejam competitivas, ou seja, ela é razão necessária mas não suficiente.

As potenciais sanções que os atores partidários possam sofrer caso não correspondam ao que os eleitores desejam - *electoral vulnerability of the incumbents* -, motivam os partidos políticos a procurar corresponder a esses desejos. A oferta tenta ir ao encontro da procura.

A predisposição dos eleitores para votar e para mudar de voto – *electoral availability of the voters* - pode ser motivada pela avaliação retrospectiva do desempenho dos partidos políticos, avaliação da competência, ou pela confiança no cumprimento de promessas programáticas, avaliação prospectiva.

A apresentação de propostas distintas por cada um dos partidos – *decidability of the electoral or policy offer* – clarifica quais os elementos peculiares que cada uma das organizações oferece ao eleitorado, contribuindo para que a escolha dos eleitores seja feita em função da apreciação que fazem de argumentos diferenciados e da avaliação de quais as propostas que poderão vir a produzir efeitos mais benéficos, de um ponto de vista subjetivo.

A dimensão da capacidade de resposta que se centra na adequação da oferta programática e discursiva à procura dos eleitores poderia conduzir os partidos no sentido da procura das questões que lhes pareçam em cada momento corresponder às inquietações relevantes para o eleitor mediano. Esta estratégia produziria, paradoxalmente, uma situação de conluio perfeito, ou seja, nenhum dos partidos apresentaria propostas que permitissem ao eleitor diferenciá-los nem avaliar qual o partido que oferecia o programa mais benéfico para si.

Caso haja demasiada convergência no posicionamento dos partidos em relação a um assunto esse facto pode levar a consensualização excessiva, induzindo desinteresse por parte do eleitorado. Pelo contrário, o excesso de diferenciação, e conseqüente necessidade de opção, leva à polarização, podendo esta também ser desmotivadora quando considerada excessiva (Bartolini, 2000: 37).

Barreiras à competição partidária

A política não é um mercado de concorrência perfeita, mesmo que continuássemos a usar as metáforas da economia, como acontece em alguns ramos da ciência política. Há três tipos de obstáculos que dificultam, ou impedem, a competição partidária. A primeira barreira é a “cápsula” que envolve a própria competição e a convergência entre competidores para a manutenção do sistema, para não o pôr

em risco. O enquadramento institucional e normativo dentro do qual se desenrolam relações de competição, sendo sempre salvaguardada a manutenção da coesão social. Isto significa que “party leaders and the elite articulate different and conflicting demands, but they have to do so in such a manner as to avoid an excessive polarization of society, to guarantee the working of parliamentary and governmental institutions” (Bartolini, 2000: 38).

A segunda forma de limitar a competição partidária faz-se colocando restrições ao âmbito em que este tipo de relação pode ocorrer. Esta limitação pode ser feita no acesso ao governo, promovendo relações de cooperação, nomeadamente fomentando a formação de coligações de governo. Pode decorrer da multiplicidade de arenas onde os partidos políticos têm de se relacionar, nomeadamente na arena parlamentar onde “non-competitive interactions prevail, where cooperation is needed among actors on procedural as well as on substantive matters.” (Bartolini, 2000: 42). E finalmente, pode ser determinada pela falta de controlo por parte dos eleitores que, ao serem livres para escolher sem ter que olhar a “preços”, abre caminho para que os partidos se sintam livres para limitar “the offer of goods which are rare or difficult to achieve and to interpret the relative scarcity of the same goods” (Bartolini, 2000: 45).

A terceira, e última, barreira prende-se com os meios disponibilizados e legitimados pelo Estado para usar na competição partidária, que garantam ou não que todos os atores têm iguais condições para competir. Se os acordos sobre os meios ao dispor dos partidos na competição partidária promovem a igualdade de oportunidades entre competidores, por outro lado, podem fazer com que estes estabeleçam entre si zonas de não-competição que, ao limite, podem transformar a relação interpartidária numa relação cartelizada, que se tornam “plans for feeding the market according to a pre-established design” (Bartolini, 2000: 47), ficando o ónus desses acordos sobre o lado da procura, ou seja, do lado dos eleitores.

1.4 Os assuntos, a propriedade do assunto e a ação discursiva das ideias políticas como dimensão da competição

A competição partidária ocorre em torno de temas que têm significado para os eleitores. Essa disputa pelos “assuntos políticos” e os comportamentos e estratégias em relação a eles constituem uma dimensão que estrutura também a competição partidária. Uma das dimensões onde a competição partidária se manifesta é na disputa de assuntos e de ideias, funcionando como fórum de discussão e antecedendo a competição direta no mercado eleitoral. Como refere Franzmann, “The notion of a ‘forum’ views politics as an arena of discourse, preference coordination, and preference shaping. The notion of a ‘market’ takes into account efficiency aspects” (2011: 331).

Mas se o campo discursivo das ideias políticas é o fórum onde se desenham as preferências políticas, o seu produto é o que alimenta o mercado da competição. “The political forum is the source

of innovations. The electoral market should guarantee responsiveness, as Downs (1957) has described it. The issue market contains both market and forum." (Franzmann, 2011: 331).

Um assunto político, ou seja, um assunto cuja propriedade pode ser disputada pelos partidos políticos, pode ser definido estabelecendo uma relação com grandes áreas políticas trans-setoriais, como as relações internacionais, pode ser um assunto setorial, como nos caso da saúde ou da educação, ou pode referir-se a problemas políticos concretos, como seja o caso do aborto ou de um acontecimento, como uma crise económica. Mas existe um elemento que permite afirmá-lo como tal, é um assunto que existe no espaço público e sobre o qual os partidos políticos querem ou são obrigados a tomar posição, mesmo que esta seja de omissão, tendo em vista a sua estratégia de competição (Guinaudeau, 2014) A sua posição sobre o assunto será a forma que escolhem de o politicizar.

A propriedade de um determinado assunto (*issue ownership*) é um ativo de que os partidos dispõem no mercado eleitoral competitivo. O conceito de propriedade do assunto pode, de forma sintética, ser apresentado da seguinte forma: "a link between specific parties and issues in the mind of voters" (Walgrave, 2015: 2). A associação entre assuntos e partidos tem sido explorada por vários autores, tanto através da análise dos efeitos que a propriedade do assunto tem no comportamento eleitoral dos cidadãos como nos efeitos que tem no comportamento dos partidos políticos (Budge e Farlie, 1983; Petrocik, 1996; Bélanger, 2003; van der Brug, 2004; Walgrave e De Swert, 2007; Green, 2007; Green-Pedersen e Mortesen, 2010; Walgrave, Lefevere e Tresch, 2012; De Bruycker and Walgrave, 2013; Guinaudeau e Persico, 2014; van de Wardt, 2015).

A abordagem que centra a atenção no comportamento dos partidos é relevante para analisar a forma como ser proprietário de um assunto molda o comportamento partidário em contexto de competição partidária. Assim, os partidos políticos tendem a concentrar a sua atenção e a destacar publicamente os assuntos de que são proprietários e a desconsiderar os assuntos que são propriedade dos partidos concorrentes (Petrocik, 1989).

A análise de conteúdo de manifestos eleitorais, levada a cabo por David Robertson (1976), concluiu que, mais do que declarar o seu posicionamento a favor ou contra um assunto – que permitiria classificar os partidos num *continuum* programático/ideológico e identificar proximidade de posições entre partidos e destes face ao eleitor mediano, como preconizado por Downs (1957) – os partidos destacam uns assuntos em detrimento de outros sem sobre eles tomar posição. Anteriormente, já Donald E. Stokes (1963) identificou a existência de assuntos, como a corrupção, sobre os quais nunca se encontra posições partidárias favoráveis, ou seja, assuntos cuja classificação não pode ser enquadrada num *continuum* cujos extremos traduzam posições dicotómicas sobre o assunto.

Mais recentemente, estudos sobre as estratégias de comunicação dos partidos políticos destacam como elemento a observar o enquadramento (*framing*) dado pelos partidos a cada assunto. Por enquadramento entende-se: “emphasis in salience of different aspects of a topic” (De Vreese, 2005: 53). Este conceito atenta na estratégia de destaque de um ângulo e omissão de outros sobre um assunto determinado e é de grande valia em assuntos cuja propriedade é partilhada por vários partidos em simultâneo, seja porque existe disputa pela sua propriedade, seja porque a sua relevância social leva a que todos os partidos tenham que se pronunciar sobre ele (Green-Pedersen e Mortensen 2010).

A entrada de um novo assunto na agenda política cria a necessidade dos partidos políticos se posicionarem acerca desse assunto, devendo esse posicionamento ser o que melhor serve a sua estratégia de competição, mas também o que melhor se adequa à sua matriz identitária. O partido incumbente é aquele a quem, primeiramente, é pedido que se posicione face a um novo assunto, um vez que, independentemente da avaliação que é feita da sua performance, terá que lidar com a questão (Green-Pedersen e Mortensen, 2009). Contudo, na literatura verifica-se alguma diversidade na atribuição dos fatores que estão na génese da associação de um partido a um assunto.

A saliência que um partido atribui a um determinado assunto é o primeiro passo para que este se torne uma dimensão da competição partidária. Por saliência entende-se a enfatização pelos partidos de certas temáticas, mais do que a afirmação de um posicionamento sobre essas temáticas. Se mais do que um partido atribui importância ao assunto e o inclui na sua estratégia de comunicação com o eleitorado, este pode passar a ser analisado também à luz da posição que cada partido toma.

Guinaudeau e Persico (2014), apresentam uma tipologia de operacionalização dos assuntos que permite caracterizá-los através do cruzamento destes dois critérios: a saliência do assunto, ou seja, o número de partidos que o abordam no seu discurso; e o conflito a ele associado, ou seja, o número de posições expressas sobre o assunto. Assim, os assuntos podem ser de quatro tipos: proprietário- é abordado por um só partido e há só uma posição sobre ele; consensual – vários partidos abordam o assunto, porém a posição tomada é sempre no mesmo sentido; difuso/vago (*blurred*) - somente um partido se debruça sobre o assunto, no entanto as posições sobre ele não ficam claras, podendo existir divergências no tempo ou entre atores de um mesmo partido; e conflitual – vários partidos abordam o assunto e existem várias posições sobre este.

As posições dos partidos sobre determinado assunto podem estar constringidas pela clareza de objetivos a ele associados e estaremos na presença de um *valence issue*, ou seja, " issues on which all parties or candidates agree about what ought to be the desired policy outcome (Bélanger and Meguid, 2015:910). Neste caso, os assuntos deixam de se posicionais, podendo passar a ser alvo de consenso, o

que pode conduzir a situações de cooperação entre os partidos ou mesmo a situações de ausência de competição, ou seja, a uma interação de tipo colusivo.

O discurso é uma face determinante na estratégia de apropriação dos assuntos por parte dos partidos, pois é por via da construção discursiva que a sua posição será apresentada e percebida pelos pares e pelos eleitores. Este pode ser definido como conteúdo que transmite ideias, políticas e valores ou pela sua dimensão de interação centrada na formulação de políticas e na comunicação, sendo um dos elementos a ter em consideração quando se analisa a mudança política (Schmidt, 2004).

É através da dimensão discursiva da política que os partidos enquadram os assuntos por forma a tomarem posição e agirem sobre eles ou criam narrativas que moldam as leituras feitas sobre os assuntos. Acresce ainda à sua centralidade o facto de ser por via do discurso que as dimensões de estrutura e agência se integram uma vez que, como afirma Vivien Schmidt, "discourse is fundamental both in giving shape to new institutional structures, as a set of ideas about new rules, values and practices, and as a resource used by entrepreneurial actors to produce and legitimate those ideas, as a process of interaction focused on policy formulation and communication" (2004: 192).

Para analisar o discurso em termos de conteúdo, podemos classificá-lo tendo em conta duas dimensões, a saber: o tipo de discurso e o nível do discurso. O tipo de discurso analisa a forma como os argumentos são sustentados. Estes podem ser de tipo cognitivo, ou seja, ancorados em "guidelines for political action justified through reference to (social) scientific principles and interpretations, often with interest-based logics and invocations of necessity" (Schmidt, 2014: 193); e normativo, ou seja "arguments that attach values to action and serve to legitimize ideas" (Schmidt, 2014: 193).

A classificação do nível a que o discurso é produzido distingue argumentos que traduzem ideias com elevado nível de abstração, ideológico-filosófico; argumentos de menor nível de abstração que os anteriores mas ainda assim pouco ancorados na ação imediata – programáticos –, utilizados com o objetivo de definir problemas e defender linhas de atuação genéricas; e os argumentos diretamente ligados à ação, como sejam os argumentos utilizados aquando da apresentação de medidas como políticas públicas. (Schmidt, 2014).

Na dimensão de interação reconhecida ao discurso observa-se a função que este desempenha na relação com o outro. Assim, o discurso pode ter uma função de coordenação, e será essencialmente dirigido aos pares, ou ter uma função de comunicação, tendo como objetivo passar um conjunto de ideias para o exterior, seja este o eleitorado, os mercados, outras instituições ou grupos de pressão.

2. PARTIDOS, SISTEMA PARTIDÁRIO E COMPETIÇÃO PARTIDÁRIA EM PORTUGAL

A Revolução dos Cravos, em Abril de 1974, conduziu a Portugal, pela primeira vez, a eleições livres e universais, próprias dos regimes democráticos. O edifício institucional, consagrado na Constituição da

República de 1976, definia as normas de funcionamento e organização que estão na origem do sistema partidário português, garantindo um sistema compatível com as regras de competição partidária aberta, ou seja, os partidos políticos viram reunidas as condições para se apresentarem ao eleitorado e aos eleitores foi dada a possibilidade de exercerem livremente o seu direito de voto (Freire, 2006).

Da miríade de partidos que concorreram às eleições para a Assembleia Constituinte, seis tiveram votos suficientes para serem traduzidos em mandatos - PS, PSD, PCP, CDS, MDP e UDP -, mantendo-se todos com representação parlamentar após as eleições legislativas de 1976³. Destes, os quatro primeiros recolheram quase 90% do total de votos válidos.

Desde este primeiro momento eleitoral, o sistema partidário conservou-se genericamente estável. Em meados dos anos 80, do século XX, um novo partido, o PRD, obteve uma expressiva votação nas eleições Legislativas de 1985, eleições que se seguiram a um período de severa crise económica que exigiu a intervenção do FMI em Portugal, mas o seu peso parlamentar diminuiu drasticamente nas eleições seguintes, em 1987, passando de 45 para sete deputados. Em 1991, não reuniu votos suficientes para eleger deputados.

No final do século XX, em 1999, uma nova força política, ainda não na forma de partido, afirmou-se no cenário político português ao conseguir um resultado eleitoral suficientemente relevante para passar a ter representação parlamentar, o BE. Nascido da junção de três forças políticas pré-existentes, dois partidos de extrema-esquerda – UDP, com representação parlamentar durante os primeiros anos da democracia e PSR - e um movimento de esquerda - Política XXI -, juntou-se aos quatro partidos que desde a Constituinte tiveram sempre com assento parlamentar (Freire, 2006).

O PEV tem representação parlamentar desde 1983, no entanto, nunca se apresentou a eleições fora da coligação pré-eleitoral que mantém com o PCP. É um partido com representação parlamentar sobre o qual não é possível ter a dimensão exata do peso que tem junto do eleitorado (Freire, 2006).

A unidade do sistema partidário: caracterização dos partidos

Olhando para cada um dos partidos do sistema partidário português, verifica-se que têm matrizes identitárias diferentes (Gunther e Diamond, 2003). Dos quatro partidos mais antigos que se mantêm como espinha dorsal do sistema partidário desde o início da fase democrática em Portugal, só dois são prévios à Revolução, PS e PCP. A fundação do primeiro aconteceu já na década de 70 do século XX, o segundo foi fundado na década de 20 do mesmo século. PSD e CDS surgem após a Revolução e o BE,

³ O Movimento Democrático Português (MDP, que tinha obtido cinco mandatos nas eleições para a Constituinte, coligou-se com o PCP e a Frente Socialista Popular, formando a Frente eleitoral Povo Unido. Manteve a representação apesar de não ter concorrido de forma autonomizada às eleições Legislativas.

como já foi referido, no fim do século, embora baseado em partidos formados no período revolucionário.

A génese dos partidos portugueses afasta-se do contexto clássico observado no surgimento de partidos em outros países da Europa Ocidental, nomeadamente nos países escandinavos, ou seja, a formação de estruturas partidárias como meio de organização coletiva dos cidadãos, na defesa dos seus interesses específicos, dando forma política às clivagens sociais existentes (Jalali, 2007).

Após a Revolução dos Cravos viveram-se dois anos conturbados de reajustamento político e social, sendo este o contexto em que os partidos tiveram que desenvolver a sua base organizacional, inexistente dada a sua recente formação. Somente o PCP já trazia, da clandestinidade, uma estrutura organizativa montada. Segundo Jalali, este facto "teve consequências substanciais para a sua natureza e organização interna" (2007: 26), tendendo os partidos portugueses a conjugar características de diferentes tipos de partido. "Dimensões tipicamente associadas a partidos de quadros ou de elites podem ser identificadas" no PS, PSD e CDS (2007: 26). Já o PCP "é o mais próximo da definição de um partido de massas «externamente criado» de La Palombara e Weiner (1966)" (2007: 26).

O papel dos líderes é determinante na construção e institucionalização destes três partidos, uma vez que, na falta de estruturas de base, era essa origem da definição do rumo a tomar pelo partido. Estes partidos "have relied on patronage network and state support in forging relations with civil society, and have a ill-defined ideological profile" (Freire, 2006: 376).

O apoio de partidos congéneres internacionais é também um elemento a considerar nesta caracterização. O PCP era apoiado pela URSS; o PS pela Internacional Socialista e pelos partidos social-democratas escandinavos e alemão; o PSD pelo European Liberal, Democratic and Reformist Group; e o CDS pela European Christian Democratic Union (Freire, 2006: 376).

Os novos contextos tecnológicos, comunicacionais e sociais levaram à evolução dos partidos para formas mais "modernas" de ação. PS, PSD e CDS-PP evoluíram de um tipo de partido híbrido, algures entre o partido elitista e o partido de quadros, para partidos de tipo eleitoralista, ou "*catch all*", com uma estrutura organizativa minimal, só reforçada durante os períodos eleitorais, acompanhada do reforço do destaque dado aos candidatos e às lideranças (Gunther e Diamond, 2003).

O BE aproxima-se do partido-movimento, tendo surgindo como tal, mas fazendo progressivamente alterações a nível organizativo, como sejam a definição de uma liderança unipessoal clara, depois da experiência da liderança "bicéfala" de Catarina Martins e João Semedo, mas mantendo-se sem presidente ou secretário-geral.

O sistema partidário: interação entre partidos

Portugal tem um sistema partidário que se caracteriza, de acordo com o quadro teórico de Giovanni Sartori (1976), como pluralista polarizado. A descrição deste sistema ancora-se na sua fragmentação, ou seja, é composto por vários partidos que competem entre si; na prevalência de polarização ideológica, tendendo a conter partidos antissistema; na existência de bilateralidade na oposição; na ocupação do centro do sistema por um ou mais partidos que se relacionam multilateralmente com os extremos da oposição à sua esquerda e à sua direita; na polarização ideológica, traduzida em discussão política centrada, não só na dimensão das políticas públicas, mas também no debate programático e ideológico sobre princípios e valores políticos; na existência de uma dinâmica centrífuga que afasta os partidos do centro entre si, uma vez que têm partidos relevantes à esquerda e à direita que os obrigam a manter algum afastamento do centro absoluto; e a inexistência de alternativas credíveis, manifesta naquilo que o autor classifica como "oposições irresponsáveis".

Se complementarmos esta tipologização com as estruturas de competição elencadas por Peter Mair (1997), à semelhança da análise feita por Carlos Jalali (2007; 2017), poderemos compreender como os padrões de interação entre os partidos portugueses têm moldado o sistema partidário.

O sistema partidário português é composto por seis partidos - PS, PSD, PCP, CDS-PP, BE e PEV⁴ -, tendo somente três deles participado diretamente na governação, PS e PSD sozinhos e em coligações, e CDS-PP em coligações com os dois anteriores.

O PCP é comumente classificado como partido antissistema, uma vez que ideologicamente é marxista-leninista. No entanto, verifica-se uma grande integração deste partido na estrutura institucional seguida em Portugal, não havendo no pós-25 de novembro quaisquer indícios de que o seu fito seja mudar o sistema para formas totalitárias e não democráticas de governação. Parece ser possível considerá-lo mais próximo do partido "chantagista" que, não aceitando integrar soluções de governo, usa o poder que advém dos mandatos obtidos para condicionar as linhas políticas seguidas pelo governo, quando o desenho parlamentar lhe permite, uma vez que os governos minoritários têm maior necessidade de articular situações de cooperação pontuais. O BE partilha este perfil estratégico, afastando-se, no entanto, de um crivo ideológico de tipo totalitário tão vincado como o do PCP.

A alternância entre PS e PSD, total ou parcial dependendo dos seus governos serem ou não de coligação, marca a estrutura de competição partidária em Portugal, sendo a competição entre estes dois partidos a linha principal de competição do sistema.

⁴ Apesar do PEV ser um partido cuja característica de nunca se ter apresentado sozinho a eleições leva a que seja vulgarmente agregado ao PCP, seu parceiro de coligação.

A análise das três dimensões estruturais que, segundo Peter Mair (1997), estruturam a competição partidária, apresentada por Carlos Jalali (2017) demonstra que os governos foram integrados somente por três partidos⁵, o que justifica que sejam categorizados frequentemente como os partidos do "arco da governação": PS, PSD e CDS-PP.

Em 1980, verificou-se o último momento de abertura do sistema a novos partidos, aquando da governação da AD, resultante da coligação PSD - CDS-PP (e PPM). A inovação nas soluções de governos deixou de existir a partir de 1987, altura em que o PSD conseguiu a sua primeira maioria absoluta, com Aníbal Cavaco Silva como líder. Até então várias configurações se tinham desenhado, conjugando de diferentes formas os três partidos do "arco da governação": PS+CDS; PSD+CDS; PS+PSD. Em 2002, PSD e CDS-PP voltaram a coligar-se, depois de 15 anos de governos de um só partido, mas esta solução não era inovadora uma vez que já tinha acontecido antes.

É de salientar que o PS apesar de só ter tido uma maioria absoluta em 2005, com José Sócrates como líder, não voltou a coligar-se depois da experiência do Bloco Central, entre 1983-85. Este foi um período economicamente difícil para o país, com uma intervenção externa do FMI, e talvez por isso a principal linha de competição entre estes dois partidos tenha tomado a forma de cooperação.

Apesar do PS se afirmar como um partido da esquerda nunca se coligou com nenhum partido dessa área ideológica, nomeadamente com o PCP. Este facto decorre do posicionamento estratégico que o PCP sempre escolheu, mantendo-se afastado da governação, seja por ser antissistema ou por preferir a posição de pressão sobre o governo, reforçado pela argumentação do PS de que o PCP não demonstrava flexibilidade política e, por essa razão, não era possível a cooperação entre os dois. Este facto enviesou o sistema partidário português, inclinándolo para a governação mais à direita e não refletindo nos governos a tendência de voto maioritariamente à esquerda do eleitorado (Freire, 2006). O BE tem manifestado posições semelhantes, preferindo a posição de "chantagem" à de coligação.

O CDS-PP já governou tanto com o PS, em 1978, como com o PSD, em 1980, 1981, 2002 e 2011. Sendo um partido eleitoralista, sabe que não compete pela maioria dos votos, como fazem PS e PSD, centrando os seus objetivos em conseguir o número de votos que lhe permita ter mandatos suficientes para, caso nenhum partido tenha maioria absoluta, ser tido em conta aquando da formação do governo. Este partido conservador de direita (Freire, 2006) não tem uma ideologia demasiadamente marcada que o afaste dos seus adversários do centro.

O sistema partidário português evidencia um elevado grau de estabilidade, estabelecida e consolidada "desde cedo, como se pode ver através do rápido estabelecimento da principal dimensão

⁵ A AD contava ainda com o PPM, tendo o Arquitecto Ribeiro Telles feito parte da composição governamental.

de competição, da principal exclusão, das outras interações-chave do sistema de partidos, e de um padrão de comportamento eleitoral largamente estável e previsível” (Jalali, 2007: 34).

Apesar da formação dos partidos em Portugal não ter decorrido tão diretamente das clivagens sociais e de, na sua maioria, não terem passado por uma fase de organização de massas antes de evoluírem para a versão eleitoralista, “o sistema de partidos estruturou-se devido aos constrangimentos impostos ao eleitorado pelas circunstâncias da transição e consolidação democrática” (Jalali, 2007:37).

2.1 O novo contexto: a "Grande Recessão" e os seus efeitos nos sistemas partidários

A Grande Recessão denomina o período de 2008 a 2011, em que uma crise de escala mundial afetou com particular acutilância os países da zona euro. O período de recessão e estagnação económica trouxe aumento do desemprego e a necessidade de governos nacionais e instituições europeias tomarem medidas no sentido de superar a crise económica e social. O efeito da Grande Recessão sobre os sistemas partidários está ainda a ser estudado. Pedro Magalhães afirma: "If ever there was a time when we would expect performance considerations to become paramount, one would expect it to be in the aftermath of the financial tsunami that engulfed several democracies over the past decade" (2014: 135).

Da pertença de Portugal à UE, em concreto à zona euro, decorre a necessidade de coordenação política do governo nacional a cada momento com os parceiros europeus, nomeadamente em relação às medidas a aplicar. A UE adotou em três momentos, três estratégias diferenciadas de enfrentamento da crise. Segundo José Castro Caldas, a primeira fase é financeira, de março a dezembro de 2008; a segunda é económica, entre dezembro de 2008 e fevereiro de 2010; a terceira é a fase orçamental, desde fevereiro de 2010. O governo português “has followed EU conditions to the letter, adapting national priorities to meet the demands that have been made in each of the three phases” (Pedroso, 2014: 2).

Uma análise comparativa dos debates acerca da crise, na Alemanha e na Áustria, observa que "in both countries the euro crisis was highly salient and there were quite different views among mainstream parties on how it should be dealt with" (Miklin, 2014: 1204). Principalmente na Áustria, verificou-se "a much stronger conflict between mainstream parties defending the proposals coming from the EU level, on the one hand, and Eurosceptic parties criticizing them, on the other" " (Miklin, 2014: 1204). Os dados empíricos levam os autores a concluir que a politicização da crise se fez, nestes países, pouco por relação às posições de cada partido face ao assunto crise, discussão essa que se faria entre todos e sobre medidas e programas concretos, tendo os partidos centrais ancorando a sua estratégia de debate na discussão com os partidos eurocéticos, o que transformou a discussão sobre a crise numa discussão mais genérica sobre a Europa.

Já uma pesquisa desenvolvida sobre as intervenções dos líderes partidários gregos no Parlamento conduziu à conclusão de que a estratégia dos partidos teve como resultado "all five party

leaders engaging in a blameshifting populist rhetoric" (Vasilopoulou, 2014: 3). Esta análise tinha por objetivo observar a introdução de construções narrativas de tipo populista na arena parlamentar e concluiu que a estratégia dos partidos, com variações de grau, tinha sempre seguido esse caminho.

Estes dois exemplos deixam claro como os partidos tendem a adaptar estratégias que consideram poder protegê-los das ondas de choque provocadas por uma crise como a Grande Recessão. No entanto, o equilíbrio entre responsabilidade "whereby leaders and governments are expected to act prudently and consistently and to follow accepted procedural norms and practices" (Mair, 2011:11), e capacidade de resposta "whereby political leaders or governments listen to and then respond to the demands of citizens and groups" (Mair, 2011: 10) é cada vez mais difícil, seja porque os partidos estão mais afastados e menos sensíveis às demandas dos cidadãos, seja porque sofrem constrangimentos exógenos que condicionam a sua capacidade de resposta, este último caso é particularmente agudo quando ocupam o papel de governantes (Bosco, 2012).

3. ENQUADRAMENTO DA PESQUISA

3.1 Problematização

Nesta pesquisa, procura-se compreender como no sistema partidário português se construíram as narrativas sobre a "grande recessão", dada a importância da politicização deste fator exógeno na persistência ou transformação das dinâmicas de competição partidária e tendo presente que outros países do Sul da Europa (Grécia, Itália, Espanha, França) tiveram profundas reformulações dos seus sistemas partidários.

Para isso investigam-se as estratégias que presidiram ao posicionamento de cada um dos partidos com assento parlamentar face ao novo assunto (Guinaudeau, 2013) na agenda política – a crise – e como essas estratégias se manifestaram na interação entre partidos, tendo em vista as duas possibilidades de relação de que dispunham no contexto de competição partidária - cooperação e concurso (Bartolini, 2000).

Pretende-se desta forma encontrar respostas para a questão que norteou esta investigação: como é que as posições assumidas por cada um dos partidos parlamentares acerca da "grande recessão" traduziram as suas estratégias de competição partidária e em que medida contribuíram para a manutenção do sistema partidário inalterado?

A competição partidária é um elemento essencial a ter em conta na análise dos sistemas partidários, pois alterações estruturais na dinâmica de interação entre partidos tendem a desencadear alterações no sistema (Mair, 1997). O mesmo autor refere que a resiliência dos sistemas partidários depende em grande medida da sua adaptabilidade a novos contextos, endógenos e exógenos.

Se, como escreve Castro Caldas (2015) “Crise” (...) significa 'um momento ou um estado de coisas instável ou crucial que requer uma resposta decisiva e imediata”, este foi um momento em que o sistema partidário português se encontrou exposto a uma situação contextual exógena negativa, passível de implicar mudanças estruturais. Desta forma, e sendo os partidos os agentes com capacidade para encontrar essas respostas, analisar-se-á as estratégias dos partidos do ponto de vista da ação e da interação, tendo em vista os seus constrangimentos identitários (Gunther e Diamond) e os seus objetivos (Downs, 1957; Ström, 1990).

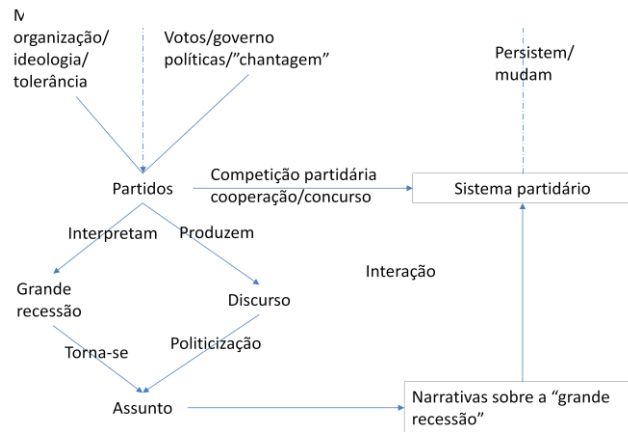
A “grande recessão”, sendo externa ao sistema político português, condiciona-o e obriga os partidos a posicionar-se. Assim, estes têm que enquadrar politicamente o assunto, politicizar a questão, sendo o seu enquadramento estrategicamente condicionado pela posição que ocupam no sistema (incumbentes ou oposição), pelos seus objetivos futuros e pelo seu núcleo programático e ideológico.

O processo de politicização será interpretado partindo da dimensão discursiva, ou seja, analisado com base na construção retórica de cada um dos partidos sobre o assunto em causa. O discurso de cada um dos partidos faz-se tendo em vista a explicação da crise quanto às suas causas e soluções, clarificando as suas posições e visando a construção de narrativas sobre o assunto. Estas podem ser mais ou menos polarizadas, contribuindo de forma mais ou menos clara para a diferenciação de posições entre partidos (Franzmann, 2011). Podem ter por base argumentos de diferentes níveis de complexidade (políticas públicas, programas partidários ou ideias filosóficas/ideologia) e de diferente tipo (cognitivo ou normativo) (Schmidt, 2004, 2008, 2014).

A partir da estratégia discursiva que cada um dos partidos adotou face ao assunto "crise", espera-se compreender se foram abertas novas linhas de clivagem, reflexo de novas dinâmicas sociais decorrentes da Grande Recessão, e se a influência deste fator exógeno conduziu os partidos a alterações internas, seja no que diz respeito aos seus objetivos, à sua matriz identitária, ou seja, na dimensão individual, seja na relação que estabelecem entre si, ou seja, no tipo de interação.

A figura acima sintetiza o modelo de análise. O eixo central da investigação é a relação entre partidos e sistema partidário, ou seja, a competição partidária, sabendo que esta pode assumir duas formas: cooperação ou concurso. Sendo a disputa pela propriedade dos assuntos uma dimensão da competição partidária, interessa compreender como os partidos, dependendo dos seus objetivos e matriz identitária, interpretam e politicizam um novo assunto na agenda: a Grande Recessão.

Figura 1 - Modelo de análise



3.2 Objetivos e objeto da análise

Na presente análise pretende-se compreender potenciais efeitos exercidos pela entrada de um novo assunto na agenda política - a crise - nas dinâmicas de competição partidária, uma vez que esta traduz a dimensão de interação partidária (Bartolini, 2000), permitindo, simultaneamente, observar as posições estrategicamente assumidas que cada um dos partidos (Downs, 1957; Strom, 1999) e os seus efeitos sistémicos (Mair, 1997).

Considera-se que a análise do discurso político é de particular relevância para a análise por ser esta a dimensão que integra ação e estrutura. Sendo a crise um elemento novo e potencialmente disruptivo do *statu quo*, que exige ação para a sua superação, a dimensão discursiva tenderá a clarificar a forma como os partidos, entendidos como agentes pensante e falantes da mudança ("sentient agents, na expressão de Schmidt, 2011) traduziram discursivamente as suas ideias sobre a causas e soluções para a situação de crise.

Assim, a pesquisa foi orientada para a obtenção de respostas sobre a forma como os partidos parlamentares se apropriaram do novo assunto na agenda. Para tal, a observação segmentou-se da seguinte forma: i) a posições individualmente assumidas pelos partidos parlamentares sobre as causas de crise; ii) as propostas de solução individualmente apresentadas por cada um dos partidos; iii) as relações, de cooperação e de concurso, que consideraram ser as mais adequadas a desenvolver na situação excepcional que a crise representa.

O objeto central desta análise são os partidos do sistema partidário português, analisados a partir da dimensão discursiva da ação. Por ser o debate parlamentar a arena primordial da discussão de propostas políticas efetivas, considerou-se ser o discurso produzido no contexto dos debates plenários na Assembleia da República aquele que melhor traduziria a politicização do assunto por cada um dos partidos, feita de sem recurso a elementos de mediação, facilitando o exercício de um discurso voltado para a coordenação de posições entre pares e para a discussão efetiva de ideias e de políticas.

O objeto da análise foi circunscrito aos discursos parlamentares do Governo e dos seis partidos com assento parlamentar - PS, PSD, PCP, CDS-PP, BE e PEV -, em debates com relação direta com a crise, selecionando-se para tal efeito os debates sobre os PEC e sobre o OE 2011, que inclui o PEC III -, ocorridos entre março de 2010 e março de 2011, um período intenso de gestão política da crise internacional com fortes repercussões políticas em Portugal

Sendo o discurso político um discurso de construção de narrativas que legitimem a ação decorrente de uma determinada mundivisão (Wodak, 2009), tentar-se-á como objetivo secundário traduzir as diferentes construções narrativas dos partidos parlamentares, não perdendo de vista os seus objetivos estratégicos (Downs, 1957; Strom, 1999) e matriz identitária (Gunther e Diamond, 2003).

3.3 Conceptualização e operacionalização de conceitos

Os conceitos base desta pesquisa são a competição partidária, entendida como a dimensão de interação entre os partidos de um determinado sistema, essencial para compreender e explicar alterações sistémicas quando verificadas e as estratégias discursivas de apropriação de um assunto político. Competição é um tipo de relação estabelecida entre atores autónomos “based on individualistic principle and, as such, not requiring formal subordination of such principle to overarching goals (removing the problem of how autonomous actors can define and agree upon such goals); based on interaction among actors who aim at the same goal and can define their interests to be independent of one another; avoiding the resorting to direct use of force and menace; putting the prize continuously and repeatedly at stake; and, finally, characterized by beneficial unintended effects for third parties.” (Bartolini, 1999: 443).

Para compreender as nuances da competição partidária deve ponderar-se o contexto em que esta se desenrola, nomeadamente a existência de um quadro institucional e normativo que a potencie ou, pelo contrário, a esvazie de sentido (Sartori, 1976); os fatores exógenos que a condicionam, sejam estes a clivagens estruturais emanadas da sociedade onde esta se enquadra ou o surgimento de acontecimentos que condicionam novas dinâmicas relacionais (Mair, 1997); e finalmente, a opção estrategicamente definida pelos atores de gestão da competição dentro de duas possibilidades de ação, a ação de tipo cooperativo e a ação de tipo concursivo (Bartolini, 2000).

Verifica-se ainda que se a um nível macro se pode considerar as relações dentro de um sistema partidário como relações de competição, a um nível micro observam-se duas estratégias possíveis, cooperar ou concorrer entre si. Simon Franzmann afirma que "claiming that competition, as an institution, defines the logic of situation, in which parties can choose between cooperation and contest. It will be shown how the differentiation between competition and contest can be fruitfully used to explain patterns of collusion and competition, and how it deepens our understanding of the intensity of competition" (2011: 318).

A competição produz também o efeito não intencional de beneficiar um terceiro ator, que não se encontra envolvido na competição, no caso da competição partidária esse beneficiário é o cidadão/eleitor e é em função da percepção que os partidos têm da tua resposta potencial que as estratégias de competição se estruturam. Nesse processo de *responsiveness*, os partidos têm de corresponder da melhor forma ao ator mediano, adaptando-se potencialmente e com eventual prejuízo da sua especificidade programática. No entanto, este processo deve, simultaneamente, posicionar o partido de modo a criar diferenciação face aos outros partidos. É no equilíbrio destes processos que cada partido estrategicamente organiza o seu conteúdo programático e discursivo – derivando daí a relevância desta abordagem para a presente análise.

A estratégia discursiva face ao assunto não se circunscreve à propriedade do assunto (*issue ownership*), por ser esta uma dimensão em que se materializa a vertente ideacional da competição partidária, mas inclui as várias dimensões de formulação do discurso sobre o assunto.

A propriedade do assunto, dimensão de materialização da competição partidária, parte da apropriação que cada partido faz de um assunto específico por considerar que a saliência que lhe atribui ou a posição que toma face a ele se traduziram em vantagens na competição. Desta forma, é decorrente da estratégia partidária e reflete a leitura contextual dos partidos sobre a melhor de forma de responder à demanda do mercado eleitoral (Guianaudeau e Persico, 2013).

O discurso produzido sobre o assunto canaliza as ideias do partido, trazendo-as para o espaço público e refletindo abordagens ideacionais sobre o assunto e estratégicas sobre a relação com os outros atores envolvidos (Schmidt, 2004, 2011, 2014).

Nesta pesquisa, a operacionalização da competição partidária faz-se com recurso à análise do discurso partidário nos debates parlamentares analisados em três dimensões: saliência dada ao assunto, recursos discursivos e objetivos do discurso, servindo estas para compreender como o assunto foi apropriado por cada uma das unidades em análise.

Quadro 1 – Operacionalização do conceito de estratégia discursiva

Conceito	Dimensões	Indicadores	Variáveis
Estratégia discursiva sobre assunto	Saliência	Posição face aos temas	Finanças Públicas Política Económica Política Social Crise Internacional Abertura e dependência externa Políticas e Instituições Europeias Ação partidária
	Recursos discursivos	Tipo de discurso	Cognitivo Normativo

		Nível do discurso	Ideológico Programático Políticas Públicas Identitário
	Objetivo do discurso	Função	Coordenação Comunicação

3.4 Hipóteses

São quatro as hipóteses centrais que se pretende testar nesta pesquisa, tentando através delas sistematizar a pergunta de partida deste estudo.

H1. O assunto "crise" é objeto de apropriação discursiva que expressa competição entre os partidos do sistema.

H1.1 A diferença entre partidos decorre das posições assumidas sobre as causas e as consequências da crise.

H1.2 A diferença entre partidos decorre dos recursos discursivos mobilizados na abordagem ao assunto.

H.2. A competição partidária em torno do assunto crise promoveu dinâmicas de cooperação entre os partidos conforme a sua posição de incumbentes e oposição.

H2.1. Os partidos posicionaram-se face aos temas de forma cooperativa/construtiva dependendo da sua posição de incumbente ou de oposição.

H2.2. Os partidos privilegiaram a função de coordenação do discurso dependendo da sua função de incumbente ou de oposição.

H3. A apropriação do assunto crise polarizou ideologicamente o sistema partidário.

H3.1 Partidos com matrizes identitárias significativamente distintas produzem discursos distintos de apropriação do assunto "crise".

H4. A apropriação do assunto "crise" decorreu de estratégias de competição que derivam dos objetivos de cada partido.

H4.1. Partidos com objetivos estratégicos distintos produzem discursos diferentes de apropriação do assunto "crise".

3.5 Metodologia e dados

Na presente proposta de análise dos discursos produzidos pelos atores partidários sobre a Grande Recessão, o trabalho empírico assenta na análise de conteúdo das intervenções dos diversos partidos parlamentares, adotando a visão da linguagem como prática social (Fairclough e Wodak, 1997).

A análise de conteúdo permite, simultaneamente, o desempenho de duas funções numa investigação: a função heurística, que explora o material a analisar conseguindo desta forma

percecionar as suas potencialidades e falhas; e a função de verificação sistemática de hipóteses. A possibilidade de recurso a uma das funções autonomamente ou da sua interligação está dependente dos objetivos da pesquisa e da qualidade de partida do quadro conceptual operacionalizado (Bardin, 2004).

No presente caso optou-se por partir para a análise de conteúdo com algumas balizas, apesar de pouco rígidas, e progressivamente "afinar" a grelha à medida que os dados assim o exigiam.

A primeira etapa da análise foi a subdivisão dos discursos em segmentos, a partir do critério-base tema. Assim, a primeira unidade de análise foi o segmento tematicamente homogéneo, independentemente de corresponder a um período, um parágrafo ou mesmo vários parágrafos.

Verificando-se uma homogeneidade temática elevada, apesar das especificidades encontradas, nomeadamente nos qualificativos usados para adjetivar propostas, comportamentos dos adversários e comportamento próprio, procedeu-se à agregação dos temas em categorias temáticas amplas.

Num terceiro momento procedeu-se a agregação dos segmentos em discursos, passando esta a ser a nossa unidade de análise uma vez que sendo o objetivo compreender os posicionamentos dos partidos esta nova unidade de análise permitia uma noção menos segmentar dessas intervenções. Esta operação implicou a transformação das categorias temáticas em variáveis categoriais individualizadas, cujas categorias são a posição do partido face ao tema. A unidade de análise discurso foi também aquela que serviu de base à classificação das intervenções quanto ao tipo, nível e objetivo do discurso.

Os dados assim construídos foram analisados descritivamente, variável a variável, sendo o seu cruzamento feito com a variável independente – os partidos.

Para explorar mais em profundidade os dados, realizou-se uma Análise de Correspondências Múltiplas (ACM), método que permite “através da disposição relativa dos indivíduos ou das categorias, de preferência, em planos, as relações estatísticas delineadas entre as múltiplas variáveis em análise. A partir das configurações definidas pelas categorias das variáveis, espera-se (embora sempre de forma aproximada) conhecer a estrutura que caracteriza o objeto em análise” (Carvalho, 2008: 22).

Esta análise foi feita separadamente para os dois conjuntos de variáveis - temáticas e discursivas. "O procedimento ACM vai submeter os dados qualitativos de *input* a um processo de quantificação. A transformação desencadeada tem por objetivo estimar *quantificações* ótimas (*optimal scaling*) para os parâmetros em análise: *categorias* e *objetos*" (Carvalho, 2008: 41). Este procedimento apresenta ainda elevada robustez no tratamento de valores ausentes, podendo na análise escolher-se a forma como estes são tratados. Dado o elevado número de valores ausentes nas variáveis temáticas, uma vez que em cada intervenção os oradores não os referiam todos, optou-se por tratá-los como uma categoria extra por ser essa a solução com menor implicação no modelo. De acordo com

Helena Carvalho, "também no que respeita ao tratamento a dar às não-respostas, sugere-se que se façam alguns ensaios no sentido de validar as opções escolhidas" (2008: 134).

A exceção a esta regra foi aplicada às variáveis temáticas onde pelo menos um dos partidos não tinha qualquer referência ao tema, nesse caso inclui-se uma nova categoria – tema Ausente -, por se considerar que o facto de um ou mais partidos serem omissos em relação a um dos sete temas analisados, era relevante do ponto de vista analítico⁶.

Uma vez que a dinâmica de interceção entre os partidos do sistema partidário português é o foco da pesquisa, foi feita uma Análise de Clusters. Helena Carvalho refere que "quando o plano evidencia o esboço de configurações distintas - referenciais de diferentes grupos - pode pensar-se na hipótese de operacionalizar a definição (efetiva) desses grupos, a concretizar por via de um método de agrupamento" (2008: 193).

Para operacionalizar esta nova fase de tratamento de dados, calculou-se a média dos *scores* obtidos por cada partido em cada uma das dimensões extraídas de ambas as ACM realizadas, uma vez que neste caso era o partido a unidade de análise que se pretendia agrupar de forma homogénea.

Foram consideradas as dimensões temáticas e as dimensões discursivas no modelo, utilizando-se o procedimento hierárquico para cálculo do número de grupos a definir, via método Ward, vizinho mais próximo e armazenamento em cluster centróide.

Testou-se ainda o agrupamento por par partido-debate e por orador, não tendo sido analisados por não ser a análise diacrónica do discurso e o posicionamento individualizado de deputados e membros do Governo o foco desta pesquisa.

Como já referido, o corpus da análise são os debates parlamentares sobre os PEC e OE 2011.

4. O DISCURSO DOS PARTIDOS SOBRE A GRANDE RECESSÃO: ANÁLISE EMPÍRICA

4.1 Análise descritiva dos dados⁷

De acordo com os objetivos do presente estudo, a análise empírica pretende encontrar dados que permitam compreender de que forma os partidos que compõem o sistema partidário português e o Governo, considerando-se que este é também parte do sistema de competição política, se apropriaram de um novo assunto da agenda política, a crise das dívidas soberanas, sendo essa apropriação reflexo da estratégia de competição partidária escolhida por cada um deles num contexto, descrito na literatura revista, como de exceção.

A análise do enquadramento dado aos temas centrais nas intervenções do Governo e dos deputados na Assembleia da República permite observar que estes privilegiaram a discussão de

⁶ Esta exceção aplicou-se às variáveis Crise Internacional e Política e Instituições Europeias.

⁷ Consultar Anexo A.

propostas e medidas (70,8%), em detrimento do diagnóstico e interpretação da crise, traduzindo-se numa reduzida representação de intervenções cujo enfoque principal se prendesse com as causas da crise (9,4%). Cerca de um quinto das intervenções dividiu-se entre estas duas abordagens (19,8%). Este dado pode ser decorrente da seleção de debates, motivados pela discussão de pacotes de medida, como apresentada no capítulo metodológico, mas revela, pelo menos no contexto destes debates, ausência de debate analítico da situação económica e social e de atenção a novos elementos contextuais surgidos ao longo do período analisado, nomeadamente o surgimento de novas dinâmicas programáticas na UE e as intervenções do FMI na Grécia e da Irlanda.

Com o objetivo de desconstruir o assunto "crise", observou-se como este elemento disruptivo da vida nacional era tratado do ponto de vista dos temas que a ele eram associados nos debates parlamentares, por cada uma das forças políticas. Constatou-se que o espetro de temas tratados pelos partidos ao longo dos debates analisados apresenta uma focalização temática elevada. No entanto, existem diferenças na forma como o tema é abordado por cada um dos partidos e do Governo.

Assim, o tema "Finanças Públicas" é o mais debatido, sendo abordado em mais de 80% das intervenções. Este tema assumiu uma enorme relevância nos debates. No entanto, é de salientar que as questões relativas à Política Económica e à Política Social, igualmente relevantes num contexto de crise, apresentem um peso relativo muito menor, respetivamente 43,2% e 37,5%. Sendo os debates muito centrados em propostas do Governo para superação da crise parece ter havido um empenho desigual na criação de medidas de saneamento das Finanças Públicas face às medidas criadas com a missão de estímulo à economia e de proteção social das pessoas afetadas pela crise.

Os temas relativos à concretização política foram analisados tendo em vista o posicionamento do orador face ao tema, subdividindo-se nas categorias "propostas" e "críticas" sendo o peso relativo destas últimas sempre superior ao das primeiras.

O tema "Ação partidária", que se prende com a interpretação intersubjetiva dos atores partidários do seu papel e do papel dos seus adversários parlamentares, está presente em 64,1% das intervenções analisadas.

Este tema foi considerado de dois ângulos distintos que pretendem clarificar como os partidos e o Governo se posicionaram nos debates quanto às dimensões de interação presentes nos sistemas partidários competitivos. Assim, verifica-se que nestes debates somente em 13,0% das ocorrências houve uma defesa da dinâmica de interação partidária de tipo cooperativo, sendo a retórica de tipo competitivo a dominante numa clara maioria das intervenções que abordaram este tema (87,0%).

Os temas relativos à conjuntura internacional e ao alinhamento de Portugal com as Instituições Europeias e com os mercados financeiros internacionais, temática que poderíamos esperar ser central

na discussão política, obtém valores inferiores aos temas anteriormente referidos, quando analisado o peso relativo assumido na totalidade dos discursos analisados. Assim, o tema "Abertura e dependência externa" surge em 24,0% dos casos, "Políticas e Instituições Europeias" é referido em 17,7% das ocorrências e "Crise Internacional" somente em 15,5%.

No primeiro caso, este tema é amplamente referido em sentido negativo (84,8%), ou seja, a abertura de Portugal ao exterior, seja por via da necessidade de financiamento do Estado português junto dos mercados financeiros internacionais ou por via da necessidade de aval de instituições internacionais como o FMI e as agências de rating para manter esse financiamento, é entendido como sendo prejudicial ao país, havendo referências à perda de soberania e às "manobras" especulativas dos mercados financeiros, que põem em risco a viabilidade de financiamento externo. As intervenções que consideram ser esta abertura necessária representam pouco mais de 15%.

O alinhamento de Portugal com as Políticas e Instituições Europeias é defendido em cerca de dois terços das intervenções que referem o tema e criticado nas restantes referências ao tema.

No caso do último tema em análise, Crise internacional, verifica-se que em 86,7% das observações que o referem argumenta-se que esta crise justifica a situação económica e financeira em Portugal. No entanto, as restantes referências (13,3%) vão no sentido de tratar a crise internacional como pretexto para a situação portuguesa, não havendo, no entanto, entre as duas situações relações suficientemente fortes para que a crise internacional seja considerada de relevo para a discussão.

Da observação destes três blocos de temas - política nacional, contexto partidária e política e contexto internacional - pode aferir-se que o debate parlamentar sobre os PECs se centrou na política nacional e na definição do posicionamento de uns partidos face aos outros. Os temas ligados à situação internacional e ao posicionamento do Estado português face a esse contexto foi claramente secundarizado pelos partidos com assento parlamentar e pelo Governo.

Voltando às hipóteses que este estudo quer validar, verifica-se que o assunto é objeto de competição entre os partidos, uma vez que todos os temas são conflituais, sendo salientados na discussão por pelo menos dois partidos que, no entanto, defendem posições diferentes (Guinaudeau, 2014).

Verifica-se que todos os partidos dão saliência aos três temas de política nacional, porém Governo e PS abordam-nos maioritariamente na ótica das propostas para enfrentar a crise, enquanto os partidos da oposição parlamentar enfatizam a dimensão da crítica às propostas do Governo, não contrapondo no entanto com a proposta de medidas alternativas. Observa-se que somente o PS nunca é crítico em relação a estes três temas, já que até o Governo, o proponente, se manifesta criticamente uma vez em relação aos temas "Finanças Públicas" e "Política Económica". Nos mesmos dois temas, o PSD intervém em defesa das propostas em cinco e em três ocasiões, respetivamente. Também o PEV

se mostra favorável quanto à Política Económica em uma observação. À luz da tipologia de propriedade dos assuntos, pode afirmar-se que estes são temas conflituais para todos os partidos, visto que todos os salientam nas suas intervenções, defendendo, no entanto, posições diferentes. Destaca-se o facto de somente o Governo e o PS nunca se manifestarem contra as propostas sobre Política Social.

O tema "Ação partidária" é também um tema conflitual, tratado por todos os partidos. Apesar de ser maioritariamente abordado tendo em vista a defesa das diferenças entre os partidos, típico de uma estratégia partidária apostada na diferenciação e não na aposta em soluções consensuais, ou seja, de tipo competitivo, verifica-se que Governo, PS e PSD manifestam-se algumas vezes no sentido da promoção da cooperação entre os partidos.

Os temas sobre política e contexto internacional são aqueles em que se observa a ausência de referências por parte de alguns partidos. Assim, o CDS-PP é o partido mais ausente das temáticas que analisam o enquadramento de Portugal num contexto internacional mais amplo, nunca referindo os temas Crise Internacional e Política e Instituições Europeias.

Também o PCP e o BE não intervêm em nenhuma ocasião sobre a Crise Internacional. Este assunto é disputado somente entre o Governo e o PS, que defendem que a crise internacional justifica em larga medida a crise nacional, e o PSD e o PEV que acusam o Governo de usar a crise internacional como pretexto para justificar o seu mau desempenho governativo.

Quanto à saliência dada ao tema Política e Instituições Europeias, observa-se que Governo e PS se manifestam claramente favoráveis ao alinhamento com a Europa, ao contrário do PCP, BE e PEV que tecem críticas a esse alinhamento. O PSD tem aqui uma posição menos vincada uma vez que em duas ocasiões se coloca do lado do Governo e PS e em três discursos alinha com PCP, BE e PEV.

O tema da Abertura e dependência externa revela um entendimento claro do PS, PCP, BE e PEV de que esta nos é prejudicial e uma oscilação do Governo, PSD e CDS-PP que consideram tendencialmente prejudicial, reconhecendo em algumas intervenções a necessidade dessa abertura, nomeadamente ao nível do financiamento externo.

Verifica-se que em nenhuma observação um partido referiu um assunto em que não fosse secundado pelos seus adversários, ou seja, não foram salientados nas intervenções temas de tipo proprietaral ou de tipo confuso (*blurred*) também não se verificou nunca uma situação de total concordância entre os intervenientes sobre o mesmo tema, ou seja, não foram trazidos a debate temas de tipo consensual.

No quadro abaixo pode ver-se de forma sistematizada como cada partido se posicionou face aos temas, traduzindo o carácter conflitual da apropriação dos assuntos em discussão no Parlamento.

Quadro 2 – Posicionamento dos Partidos sobre os Temas

Tema	Proposta	Crítica	Proposta e crítica	Ausente
Finanças Públicas	PS	PCP, CDS-PP, BE, PEV	Governo, PSD	-
Política Económica	PS	PCP, CDS-PP, BE	Governo, PSD, PEV	-
Política Social	PS	PSD, PCP, CDS-PP, PEV, BE	Governo	-
Tema	Cooperação	Competição	Cooperação/Competição	Ausente
Ação partidária	-	PCP, CDS-PP, BE, PEV	Governo, PS, PSD	-
Tema	Alinhamento	Crítica	Alinhamento/Crítica	Ausente
Política e Instituições Europeias	Governo, PS	PCP, BE, PEV	PSD	CDS-PP
Tema	Justificação	Pretexto	Justificação/pretexto	Ausente
Crise Internacional	Governo, PS	PSD, PEV	-	PCP, BE, CDS-PP
Tema	Necessária	Prejudicial	Necessária/Prejudicial	Ausente
Abertura e dependência externa	-	PS, PCP, BE, PEV	Governo, PSD, CDS-PP	-

Numa segunda dimensão da análise as intervenções foram observadas no plano do discurso, caracterizando-o através de elementos mais ligados à forma de construção e exposição das ideias e menos ao conteúdo substantivo.

Verifica-se que em quase 90% das observações o discurso se ancorou em considerações de tipo cognitivo, ou seja, em exposições fundamentadas por ideias, dados, propostas. Por oposição, observa-se que em 10,9% dos casos as intervenções foram predominantemente de tipo normativo, ou seja apoiadas em juízos de valor.

Quanto ao nível do discurso constata-se que a discussão programática dos temas já referidos foi predominante em 44,3% das observações, contrariamente às ideias de tipo filosófico/ideológico que só se destacaram em 4,7% dos casos. O discurso de apresentação de políticas públicas rivaliza com o discurso que remete a discussão para um nível identitário, seja este pessoal ou partidário, representando, respetivamente, 26,6% e 24,5% das observações. As afirmações enfatizando a responsabilização, e até culpabilização, dos atores partidários, pessoais ou coletivos, pela crise justificam o peso relativo do nível predominantemente identitário nas intervenções.

O objetivo das intervenções foi também classificado de acordo com o reconhecimento de funções de coordenação entre pares ou de comunicação com o exterior, nomeadamente com o eleitorado. Apesar da predominância de intervenções centradas na coordenação, ou seja, centradas na discussão política entre deputados (92,2%), constata-se que a arena parlamentar foi também utilizada como "palco" para discursos cuja função é predominantemente a comunicação, marcados pelo uso de *soubites*, de frases propagandísticas, mais expectáveis num comício do que no Parlamento.

4.2 Topologia do espaço de competição partidária (ACM)⁸

Para explorar as relações multidimensionais existentes entre as variáveis presentes na análise temática e na análise de estilos discursivos, procedeu-se a uma ACM para cada um destes conjuntos de variáveis. Assim, numa primeira análise procurou-se encontrar dimensões a partir das sete variáveis temáticas.

Depois de testado o modelo obtido a partir do número máximo de dimensões possível para o conjunto de variáveis ativas na análise, considerou-se a solução de extração de duas dimensões como a mais equilibrada, já que uma terceira dimensão não daria um contributo relevante à capacidade explicativa do modelo. As duas dimensões têm uma capacidade explicativa de 62,3%.

O quadro seguinte mostra como cada variável contribui para cada uma das dimensões⁹.

Quadro 3- Medidas de discriminação

	1	2	Média
Ação partidária	,338	,218	,278
Crise Internacional	,471	,237	,354
Política e Instituições Europeia	,411	,426	,419
Abertura e dependência externa	,019	,470	,244
Política Social	,412	,074	,243
Política Económica	,533	,081	,307
Finanças Públicas	,668	,006	,337
Total ativo	2,852	1,512	2,182
% de variância	40,749	21,599	31,174

As variáveis de *input* Ação partidária, Crise Internacional e Política e Instituições Europeias contribuem para ambas as dimensões. A sua influência fica mais clara quando se analisa o contributo de cada uma das suas categorias, uma vez que, como referido na Metodologia, o procedimento ACM relaciona categorias da variável e posiciona-as no plano através de coordenadas. Assim, as coordenadas das várias categorias de uma variável podem concorrer de forma distinta para cada uma das dimensões.

Analisando a primeira dimensão extraída são claros os contributos das seguintes variáveis: Política Social, Política Económica e Finanças Publicas. Estamos na presença dos temas clássicos do debate político-partidário de âmbito nacional sobre políticas de carácter económico-financeiro e social.

Esta dimensão conta ainda com contributos das variáveis Ação partidária, Crise Internacional e Política e Instituições Europeias, que mais de seguida veremos como a influenciam.

⁸ Ver Anexos B e C.

⁹ Inércia da dimensão 1= 0,407

Inércia da dimensão 2= 0,216

A segunda dimensão decorre predominantemente da relação entre Política e Instituições Europeias e Abertura e Dependência externa. É a dimensão internacional do debate parlamentar. As estas variáveis acresce o contributo da discussão sobre Ação partidária e sobre Crise Internacional.

A representação no plano das categorias, bem como a análise do contributo de cada uma para a dimensão, esclarece quanto ao sentido, positivo ou negativo, que estas assumem ao longo do eixo.

Assim, na primeira dimensão, a Dimensão de Política Nacional, verifica-se que as categorias que compõem o quadrante dos valores maiores que zero são aquelas em que os temas foram apresentados sob o ponto de vista propositivo. Encontramos aí, propostas sobre Política Económica, Política Social e Finanças Públicas.

Do lado positivo do eixo encontram-se também a defesa de uma ação partidária de tipo cooperativo influencia igualmente esta dimensão, surgindo no entanto já no quadrante acima, bem como as referências à Crise Internacional cujo entendimento se prende com este ser um fator justificativo da crise portuguesa.

Com valores inferiores a zero encontra-se a críticas às propostas sobre Finanças Publicas e as ausências de referência a Política e Instituições Europeias e Crise Económica, justificando assim a influência destas variáveis na dimensão de Política Nacional. As críticas às medidas apresentadas para o setor Económica e para o setor Social, estão ligeiramente fora do quadrante inferior, contribuindo o entanto maioritariamente para esta dimensão.

Observa-se de forma clara a distribuição das categorias das variáveis sobre Política Nacional segundo um padrão de propostas versus críticas. Complementado pelas ausências de produção discursiva sobre temas internacionais.

Na segunda dimensão, relativa ao Contexto e Política Internacional, verifica-se que todas as categorias que manifestam posições e não ausência de posições, silêncios sobre o tema, se encontram nos quadrantes positivos do segundo eixo. No entanto, afastam-se ao longo do primeiro eixo, deixando antever posicionamentos divergentes face a esses temas. Crise Internacional entendida como pretexto para justificar a situação nacional é a categoria mais distante do ponto zero, secundada pelas críticas feitas às políticas e instituições europeias. Abertura e dependência externa são consideradas prejudiciais para o país, sendo a sua necessidade menos explicativa desta dimensão, uma vez que se aproxima do ponto zero. A manifestação de posições de defesa que denotam, de forma explícita ou implícita, uma estratégia de competição e não de cooperação encontra-se também perto do ponto zero.

Quando se comparam as categorias no plano com os pontos no plano da variável partidos, aqui tratada como variável suplementar ou passiva¹⁰, observa-se a predominância quase absoluta do Governo e do PS nos quadrante que reúnem as Propostas de Política Nacional, bem como, relativamente à dimensão de Contexto e Política Internacional, a defesa do alinhamento com a Europa, a apresentação da Crise Internacional como causa para a situação interna e a necessidade de abertura externa de Portugal. Verifica-se ainda que são estes os atores que se manifestaram em favor da cooperação interpartidária.

As críticas às propostas de âmbito nacional são feitas por PCP, CDS-PP e PEV, estando o PSD ausente desse quadrante. Já nas posições sobre a dimensão internacional, mantém-se a presença dos três partidos já referidos mas acresce a do PSD.

Está-se assim perante uma situação clássica de competição entre Governo e partido que apoia o Governo versus oposição. Sendo de assinalar o que parece ser um afastamento do PSD das críticas às medidas propostas pelo Governo.

Observa-se uma clara separação entre o debate acerca de temas nacionais e internacionais, tendo-se identificado a prevalência dos primeiros sobre os segundos na análise descritiva. Apesar da carácter internacional da crise portuguesa e dos debates analisados serem sobre pacotes de medidas exigidos pelos compromissos europeus, não existiu uma discussão de fundo da dimensão internacional, verificando-se mesmo a ausência de referências à crise internacional e à política europeia nas intervenções de alguns partidos.

Pode afirmar-se que a se confirma a Hipótese 1 de que o assunto crise, foi objeto de competição entre os partidos e que esta se materializou na forma como os partidos se posicionaram face às causas e às soluções para a crise (hipótese 1.1). É também possível afirmar que os partidos, neste contexto, não optaram pela defesa de formas cooperativas de interação, uma vez que, novamente, só o Governo e o PS se manifestaram favoráveis a uma condução cooperativa da ação partidária, focando o seu discurso na defesa das suas posições e dos seus valores e criticando os seus adversários (hipótese H2.1).

Analisa-se agora como as variáveis de classificação do discurso se relacionaram entre si. Os procedimentos de seleção do número de dimensões foram os mesmos da análise anterior e optou-se novamente por uma solução com duas dimensões. A capacidade explicativa do modelo é de 79,8%¹¹.

¹⁰ "Feita a análise do espaço em função das associações entre as múltiplas variáveis ativas é possível vir a incluir uma ou mais variáveis (passivas), com a finalidade de averiguar sobre a sua relação com as ativas. Trata-se então, de projetar variáveis passivas no espaço estruturado segundo as variáveis ativas" (Carvalho, 2008: 183).

¹¹ Inércia da dimensão 1 = 0,442
Inércia da dimensão 2 = 0,356

Tabela 1 Medidas de Discriminação

	1	2	Média
Tipo Discurso	,288	,231	,259
Nível Discurso	,569	,730	,649
Objeto Discurso	,471	,107	,289
Total ativo	1,327	1,068	1,197
% de variância	44,241	35,587	39,914

A variável Nível do discurso, cujas categorias são: i) ideológico; ii) programático; iii) políticas públicas; e iv) identitário, é aquela que mais contribui para ambas as dimensões. No entanto o seu peso é superior na dimensão 2. Já a dimensão 1 parece ser influenciada pelas três variáveis.

Na distribuição gráfica das categorias destaca-se o facto de no quadrante inferior, positivo no primeiro eixo, se encontrar sozinho o discurso de tipo normativo. Este tipo de discurso caracteriza-se por ancorar a sua argumentação em juízos de valor, indicando o que é mau e o que é bom sobre um assunto e que deve ser feito, não em termos de planos concretos e sim como imperativo moral ou ético. Esta dimensão é ainda influenciada pelas categorias que classificam o discurso como tendo um nível identitário, ou seja colado a características que são inputadas diretamente a pessoas ou a partidos, e pela categoria comunicação, da variável objetivo do discurso, que salienta a função de apresentação e legitimação das ideias e propostas de forma a que estas entrem no espaço público. No lado negativo do eixo encontram-se os dois níveis mais abstratos do discurso, ideológico e programático, no entanto, mais próximos do ponto zero.

Esta é uma dimensão que oscila entre discursos sobre ideias e propostas políticas e discursos sobre a bondade das ideias políticas, a avaliação dos seus atores, ambas com o objetivo de validar uma determinada perspetiva, ou narrativa, sobre os temas em debate.

A segunda dimensão evidencia a separação entre discursos concretos e discurso genéricos ou abstratos. No quadrante inferior aparecem, como já referimos, o nível programático e ideológico, em sentido oposto surge o nível de discurso sobre políticas públicas, o mais concreto.

O discurso cognitivo e o discurso com objetivos de coordenação encontram-se ambos perto do zero em ambas as dimensões.

Cruzando novamente o plano da estrutura emanada da análise multivariada das variáveis com os partidos¹² verifica-se que o Governo se concentra predominantemente do lado das propostas e medidas concretas, independentemente do nível de generalização com que se lhes refere. Ao contrário do que se verificou na análise de temas, não é secundado pelo PS, que se posiciona nesta dimensão

¹² Variável suplementar ou passiva.

mais perto dos partidos da oposição, indiciando que o partido privilegia um tipo de discurso virado para objetivos de comunicação, aqui com uma especialização discursiva face ao governo.

O quadrante dominado pelo discurso de tipo normativo é ocupado de forma clara pelo PSD. PS e Governo surgem mas de forma bastante mais discreta.

Na dimensão discurso genérico versus concreto, verifica-se que o Governo aparece tanto acima como abaixo do ponto zero, situando-se PCP, CDS-PP e BE em posições que evidenciam a prevalência de discussão mais concreta de medidas.

Novamente se constata, uma dicotomização Governo-Oposição na abordagem, agora a partir da dimensão discursiva dos debates. Existem diferentes formas de mobilização dos recursos discursivos dependendo da posição relativa ocupada pelos partidos (H1.2.)

A estratégia dos partidos de oposição foi a de construir narrativas legitimadas por fatores não-políticos, como sejam a bondade das medidas e a avaliação de características, mais ou menos condicionantes, de tipo identitário sobre os seus adversários. O PS partilhou esta estratégia, ou seja, apostou na comunicação em detrimento da coordenação. Somente o Governo se manteve no debate focado na discussão de ideias, programas e propostas.

O discurso com objetivo de coordenação está junto do ponto zero em ambos os eixos, não se obtendo resposta para a hipótese H2.2. Apesar disso, considera-se que sendo o discurso com objetivo de comunicação uma categoria diferenciadora no modelo se deve manter em aberto a confirmação ou infirmação desta hipótese, reavaliando a sua validade na análise de clusters.

4.3 Tipologia de partidos em função das estruturas discursivas (Análise de Cluster)¹³

Foram encontrados três grupos diferenciados de partidos, através da análise de clusters feita a partir das dimensões extraídas na análise multivariada. O grupo 1 juntou Governo e PS, o grupo 2 PCP, BE e CDS-PP e o grupo 3 PSD e PEV.

Para compreender quais as variáveis distintivas de cada um dos grupos cruzou-se as variáveis ativas da ACM com os partidos.

Quadro 4 - Variáveis ativas da ACM por cluster

		Ward Method					
		1		2		3	
		Contagem	N % da coluna	Contagem	N % da coluna	Contagem	N % da coluna
Ação partidária	AP Cooperativa	13	23,2%	0	0,0%	3	8,1%
	AP Competitiva	43	76,8%	30	100,0%	34	91,9%
Crise Internacional	CI Justificação	26	34,7%	0	0,0%	0	0,0%
	CI Pretexto	0	0,0%	0	0,0%	4	7,5%

¹³ Ver Anexo D.

	CI Ausente	49	65,3%	64	100,0%	49	92,5%
Política e Instituições	PIEU Alinhamento	20	26,7%	1	1,6%	2	3,8%
Europeia	PIEU Críticas	0	0,0%	5	7,8%	6	11,3%
	PIEU Ausente	55	73,3%	58	90,6%	45	84,9%
Abertura e dependência	ADE Necessária	3	17,6%	1	7,7%	3	18,8%
externa	ADE Prejudicial	14	82,4%	12	92,3%	13	81,3%
Política Social	PS Propostas	25	96,2%	2	6,3%	0	0,0%
	PS Críticas	1	3,8%	30	93,8%	14	100,0%
Política Económica	PEC Propostas	26	96,3%	0	0,0%	4	14,8%
	PEC Críticas	1	3,7%	29	100,0%	23	85,2%
Finanças Públicas	FP Propostas	61	98,4%	0	0,0%	5	12,2%
	FP Críticas	1	1,6%	54	100,0%	36	87,8%
Tipo Discurso	Cognitivo	68	90,7%	61	95,3%	42	79,2%
	Normativo	7	9,3%	3	4,7%	11	20,8%
Nível Discurso	Ideológico	6	8,0%	2	3,1%	1	1,9%
	Programático	32	42,7%	29	45,3%	24	45,3%
	Política Pública	16	21,3%	25	39,1%	10	18,9%
	Identitário	21	28,0%	8	12,5%	18	34,0%
Objeto Discurso	Coordenação	72	96,0%	57	89,1%	48	90,6%
	Comunicação	3	4,0%	7	10,9%	5	9,4%

O grupo 1, composto pelo Governo e pelo PS, afasta-se de todos os outros de forma evidente na dimensão de temas da política nacional, sendo a sua posição predominantemente de apresentação e defesa de propostas. Também se distingue, embora de forma menos clara, ao defender uma posição favorável à adoção de relações de cooperação entre partidos.

Na dimensão de política internacional, este grupo é o único que advoga uma visão da Grande Recessão como causa, justificativa, da crise portuguesa, a defesa do alinhamento de Portugal com as instituições europeias e as suas políticas, tendo uma visão aproximada da expressa pelo grupo 3 (PSD e PEV) sobre a necessidade de abertura externa, apesar de maioritariamente considerar que esta prejudica os interesses do país.

Nas variáveis de análise do discurso, distingue-se principalmente por ter uma percentagem mais elevada de intervenções cujo nível foi ideológico.

Este grupo afasta-se mais do grupo 2 do que do grupo 3.

O grupo 2 é composto por PCP, CDS-PP e BE. Salienta-se pelo facto de apresentar percentagens muito mais elevadas de omissão dos assuntos internacionais do que aquelas verificadas nos outros dois grupos, estando a crise internacional absolutamente ausente das suas intervenções. Em relação à dimensão de política nacional posiciona-se de forma mais veemente contra as propostas apresentadas, sendo sempre crítico em relação à Política Económica e na avaliação que faz das Finanças Públicas. É também coerente na aposta de posicionamento competitivo nos debates, não fazendo nunca menção à necessidade de cooperação entre os partidos.

Nas dimensões discursivas é pouco normativo nas suas análises e privilegia o nível de discussão sobre medidas concretas de políticas públicas. Aproxima-se do grupo 3 ao direcionar o discurso para a comunicação, apesar de isto só acontecer em um décimo das intervenções.

O grupo 3 é composto pelo PSD e pelo PEV. Na dimensão internacional dos temas opõe-se de forma direta ao grupo 1, ao defender que a crise internacional é pretexto para justificar a crise interna quando esta deriva de outras causas. É predominantemente crítico das políticas e instituições europeias e tem um posicionamento semelhante ao grupo 1 no que diz respeito à necessidade de abertura externa, vendo-a como um mal necessário, uma vez que a considera tendencialmente prejudicial.

Na dimensão de política nacional é mais crítico do que o grupo 2 sobre as medidas de Política Social, mas menos crítico sobre as medidas para a economia e para as finanças públicas. Tem uma posição intermédia, quando comparado com os outros dois grupos, sobre a necessidade de cooperação entre os partidos, defende menos esta visão do que o grupo 1, mas mais do que o grupo 2.

Em termos de estrutura discursiva este é grupo que mais produz discurso de tipo normativo e que mais centra a sua argumentação no nível identitário.

Assim, a análise dos três grupos permite construir uma tipologia dos partidos com base nas quatro dimensões extraídas da ACM.

O primeiro grupo, Governo e PS, é o grupo dos incumbentes. Apresentam propostas, batem-se por elas, esforçam-se para encontrar apoio nos outros partidos e acentuam os constrangimentos externos como fator relevante na discussão.

O segundo grupo é o grupo da oposição declarada, que se opõe às medidas concretas e desconsidera os constrangimentos externos. Aposta no debate parlamentar para comunicar com o exterior, nomeadamente com o eleitorado, e como arena de competição.

O terceiro grupo é menos claro. Faz oposição às medidas, no entanto esta é suportada mais por qualificativos de tipo moral do que por argumentos de como deveria ser feito. Aposta no ataque pessoal, mesmo que este seja dirigido ao coletivo do partido e releva os constrangimentos externos, revertendo-os em ataque ao mau desempenho do incumbente.

Confirma-se a hipótese de que existem diferenças entre os partidos que decorrem dos recursos discursivos que estes mobilizam (H1.2). Tendo sido anteriormente confirmada a hipótese de que estes também diferiam nas posições tomadas, pode concluir-se que a crise foi politicizada de uma perspetiva eminentemente de competição pelo assunto. Existindo várias posições pode afirmar-se que foi apropriada de forma a torná-la um assunto conflitual.

A hipótese de que a crise levou a diferenças entre o comportamento do incumbente e os partidos da oposição relativamente à necessidade de cooperação não é conclusiva, uma vez que, apesar

de ser do lado do incumbente que mais vezes é produzido discurso em defesa da cooperação, ele também surge no grupo 3.

A hipótese 3 é também inconclusiva, uma vez que existe um grupo que agrega PCP, BE e CDS-PP, não se pode afirmar que a divergência de posições decorreu da identidade, nomeadamente da identidade ideológica e programática, dos partidos.

Finalmente, a hipótese 4 aponta para que, no caso do maior partido da oposição, aquele que com o PS manifesta a clivagem principal do sistema partidário português, o objetivo de ser o partido mais votado e assim alcançar o governo levou a que a sua estratégia se afastasse da adotada pelos outros partidos da oposição, transformando a dicotomia governo-oposição numa relação tricotómica. Essa estratégia parece ter assentado mais na diferenciação pelo discurso do que pelo posicionamento face aos temas. O PSD é neste tipo de discurso acompanhado pelo PEV, um partido afastado da competição eleitoral e que se posiciona no debate também exteriormente à discussão temática, porventura em especialização de tarefas com o PCP, mas, contudo, adotando um discurso demarcado deste e do debate em torno das medidas do governo.

Em suma, dos debates analisados destaca-se:

A sub-representação de um debate analítico da crise, por ausência de equilíbrio entre diagnóstico e apresentação de soluções;

A elevada focalização temática, centrada nos temas de política nacional e secundada pelo debate sobre a do desempenho e os valores que orientam a ação dos partidos;

A sub-representação dos temas de política e análise do contexto internacional, havendo partidos que são omissos quanto ao contexto de crise internacional e ao impacto nacional das políticas europeias;

O discurso produzido é predominantemente cognitivo, programático e com objetivos de coordenação, sendo de destacar a relevância do discurso identitário, ou seja, centrado em características da pessoa ou do partido a que se dirige;

O espaço do debate estrutura-se, temática e discursivamente, em duas dimensões: no primeiro caso, nacional e internacional; no segundo caso, considerações políticas e níveis de generalização. Em ambos os casos, os partidos posicionam-se de forma polarizada – incumbentes versus oposição;

Os partidos e Governo quando agrupados fazem-no em três grupos distintos entre si;

O grupo 1 junta PS e Governo e caracteriza-se pela apresentação de propostas no âmbito da política nacional, por defender uma ação cooperativa entre partidos, por defender o alinhamento com a política europeia, por enquadrar a crise nacional no contexto mais amplo da crise internacional. Em

termos discursivos, ancora a sua argumentação ideologicamente com maior frequência que todos os outros, nomeadamente referindo-se à pressão especulativa exercida pelos mercados dos mercados sobre a dívida portuguesa, apesar de reconhecer a necessidade de abertura ao contexto internacional;

O grupo 2, composto por PCP, CDS-PP e BE, caracteriza-se por criticar de forma sistemática as propostas de âmbito nacional apresentadas pelo Governo. Desconsidera o contexto internacional, sendo omissos quanto à crise internacional e referindo pouco e de forma crítica as políticas europeias e o efeito nefasto da dependência do exterior. O discurso é concreto, opondo-se às propostas de políticas públicas e não às ideias políticas com maior nível de abstração. O discurso denota objetivos de comunicação, com recurso a frases impactantes que poderiam ter lugar em comícios ou tempos de antena;

O grupo 3 que junta PSD e PEV caracteriza-se por salientar a crise internacional, mas apresentando-a como um pretexto do Governo para justificar o seu mau desempenho; é muito crítico da política europeia, apesar de manifestar compreensão pela necessidade de abertura ao exterior; é crítico das propostas governativas, mais no que diz respeito à política social do que à política económica e às finanças públicas; distingue-se em grande medida dos outros grupos pela aposta em discursos que se prendem mais com juízos de valor sobre as medidas do que sobre a discussão das medidas *per se*; é também aquele que mais mobiliza o discurso a um nível identitário.

CONCLUSÕES

A disputa pela apropriação de assuntos, como dimensão analítica da interação entre partidos em contexto de competição partidária, gera posições por parte dos partidos, decorrentes tanto da sua matriz identitária como do cálculo estratégico que fazem dos ganhos que essas posições lhes podem trazer. No entanto, a propriedade de um assunto pode assumir diversas formas dependendo do número de partidos que lhe dão saliência e do número de posições manifestas pelos partidos (Guinaudeau e Persico, 2014). A falta de diversidade nas posições os partidos conduz a uma ausência de oferta de posições no mercado eleitoral, podendo dar aos eleitores uma sensação de falta de escolha e, consequentemente, de falta de resposta (*responsiveness*).

A presente análise centrou-se no discurso sobre a crise em contexto parlamentar, com o objetivo de compreender quais as posições assumidas pelos partidos, tanto do ângulo da diversidade de abordagens temáticas, ou seja da saliência, como da perspectiva dos recursos discursivos mobilizados.

No capítulo da análise empírica encontram-se sumarizados os resultados da análise. Se a tipologia de partidos deixa claro o uso do discurso como dimensão de competição, de forma muito acentuada entre incumbente e oposição, denota também uma separação dentro da oposição.

O PSD estrutura o seu discurso a um nível mais voltado para a avaliação valorativas das políticas e dos atores, afastando-se da discussão de programas e medidas objetivadas, feita pelos outros partidos da oposição. Esse facto indicia a existência de uma estratégia de posicionamento face à crise, assumindo-a um assunto conflitual, mas não se comprometendo com posicionamentos perante medidas concretas. Sendo o PSD um *partido catch-all*, apostado em convencer o maior número possível de eleitores, e o opositor direto do incumbente, ou seja, tendo pretensões a governar na lógica de alternância observada no sistema, a não assunção de compromissos programáticos amplia a sua flexibilidade de resposta, caso venha a ser confrontado com situações similares, como veio a acontecer. Simultaneamente, distingue-se da restante oposição, nomeadamente ao reconhecer a necessidade de abertura externa, marcando uma posição de responsabilidade e pragmatismo. O PSD procurou, pois, não comprometer a sua margem de manobra política como partido de alternância no Governo, fazendo uma oposição centrada nas dificuldades do governo em ganhar apoio para as medidas propostas e numa lógica de atribuição ao governo, ou aos incumbentes, das responsabilidades.

A estratégia de competição do PCP, CDS-PP e BE é centrada na discussão de medidas e propostas do Governo, apostando no uso da arena parlamentar como "palco" para comunicar com o eleitorado. Os objetivos destes partidos, podendo ser diversos pelas diferenças identitárias e pela disponibilidade ou não para assumirem responsabilidades governativas, é a de dar resposta ao que consideram ser as expectativas do seu eleitorado e a oposição deste às medidas em discussão, independentemente das suas causas ou real necessidade.

O PEV apresenta um comportamento que merece ulterior investigação, até para averiguar se é extensível a outros debates e outros assuntos de agenda política, mas que interpretamos como sendo devido a ser um não competidor sobre os assuntos em discussão, que não fazem parte da sua agenda especializada, ambiental, pondo-se a hipótese de ter uma especialização discursiva com o seu parceiro de coligação, o PCP, que se centra nas expectativas do eleitorado, enquanto o PEV se focaliza no desgaste pessoal e na atribuição de responsabilidades aos incumbentes. Aqui, ao contrário do PSD, não se trataria de preservar uma agenda aberta, mas de diferenciar discurso pro relação ao parceiro competidor, o PCP. Contudo, considera-se que esta questão não pode ser afirmada com segurança a partir apenas desta análise e sem outras que se conheçam e que incidam sobre o discurso parlamentar deste partido.

A linha principal de clivagem do sistema partidário português manteve-se inalterada, ou seja, a disputa do governo entre PS e PSD,. O fator exógeno "crise" foi absorvido, de forma individual, por cada um dos partidos do sistema, não introduzindo alterações significativas na sua estratégia de competição, A polarização de posições, mesmo quando ancorada na valoração normativa das medidas, foi suficientemente clara para que se mantivesse a *decidability of the offer* dentro do sistema

pré-existente, o que, ao contrário do que aconteceu noutros países fortemente afectados pela crise, levou a resultados sem novidade sistémica nas eleições legislativas de 2011. Este facto, denota capacidade de adaptação dos partidos ao novo contexto, apesar da excepcionalidade do assunto. Desta forma, a dimensão de interação da competição partidária manteve-se numa lógica de concurso, podendo este facto explicar a manutenção do equilíbrio no sistema partidário português.

Os resultados eleitorais de 2015 e a sua interpretação pelos partidos, com a formação do governo apoiado em três acordos interpartidários poderá ser ainda uma forma de adaptação do sistema aos impactos da crise e da apropriação política do assunto por ela gerado. Mas fica fora do campo de análise desta dissertação.

Não sendo este estudo uma pesquisa comparativa, não pode deixar de referir-se as soluções de grandes coligações e de governação de origem tecnocrática vividas em outros países, nomeadamente do Sul da Europa, soluções estas em que a dimensão interação da competição partidária seguiu pelo caminho da cooperação, deram origem a alterações significativas do sistema partidário, nomeadamente com o quase desaparecimento de partidos históricos de governo ou com o surgimento de novas forças políticas, algumas delas marcadamente populistas.

Conhecendo os resultados das eleições Legislativas de 2011, a estratégia individual dos partidos parece ter resultado na manutenção do sistema partidário inalterado, uma vez que mesmo a solução de governação em coligação do PSD e CDS-PP já tinha existido anteriormente. A manutenção de um comportamento típico no discurso político, com divergência de opiniões entre incumbente e oposição sobre assunto de política nacional, não encarando a situação atípica da Grande Recessão como sendo suficientemente crítica para ser considerada um grande desígnio nacional impulsionador de estratégias de cooperação, contribuiu para a manutenção do sistema inalterado.

Em síntese, o sistema político português absorveu a novidade no seu modelo de competição partidária, pelo menos no curto prazo e não se geraram novas clivagens a partir da lógica de apropriação do assunto crise, que foi feita pelas linhas clássicas de competição entre incumbente e oposição e pela lógica de internalização da crise que deixou margem para encontrar alternativas de decidibilidade dentro do sistema. Tendência, que a solução governativa de 2015 terá, provavelmente, continuado.

FONTES

Parlamento - Debates Parlamentares: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar> (último acesso a 23 de março 2017).

BIBLIOGRAFIA

- Aalberg, T.J. Strömbäck, C.H. de Vreese (2011), "The framing of politics as strategy and game: A review of concepts, operationalizations and key findings", *Journalism*, 13 (2), 162-178.
- Bardin, L. (2004), *Análise de conteúdo*, Lisboa, Edições 70.
- Bartolini, S. (1999), "Collusion, competition and Democracy. Part I", *Journal of Theoretical Politics*, 11(4), 435-470.
- Bartolini, S. (2000), "Collusion, competition and Democracy. Part II", *Journal of Theoretical Politics*, 12(4), 33-65.
- Bélanger, É., and B. M. Meguid (2008). 'Issue salience, issue ownership, and issue-based vote choice', *Electoral Studies*, 27:3, 477-91.
- Belchior, A. M. (2015), "Crise económica e perceções sobre a ideologia dos partidos políticos em Portugal(2008-2012)", *Análise Social*, 217, (4), pp. 734-760.
- Boin, A, P. 't Hart, A McConnell (2009) "Crisis exploitation: political and policy impacts of framing contests", *Journal of European Public Policy*, 16 (1), 81-106.
- Bosco, A. e S. Verney (2012), "Electoral epidemic: the political cost of economic crisis in Southern Europe, 2010-2011", *South European Society and Politics*, (Online), 17 (2), pp. 129-154.
- Budge, I., and D. J. Farlie (1983). *Explaining and Predicting Elections: Issue Effects and Party Strategies in 23 Democracies*. London: Allen and Unwin.
- Budge, I. (2015), "Issue Enphases, Saliency Theory and Issue Ownership: A Historical and Conceptual Analysis", *West European Politics*, 38 (4), 761-777.
- Caldas, J. Castro, J. Ramos de Almeida (2016), "Narrativas da crise no jornalismo económico", *Cadernos do Observatório*, 7.
- Caldas, J. Castro (2013) *O Impacto das Medidas "Anti-Crise" e a Situação Social e de Emprego: Portugal*, Bruxelas, Comité Económico e Social Europeu.
- Capoccia, G. (2002), "Anti-System Parties. A Conceptual Reassessment", *Journal of Theoretical Politics*, 14 (1), 9-35.
- Carvalho, H. (2008), *Análise Multivariada de Dados Qualitativos*, Lisboa, Edições Sílabo.
- Dahl, R. A. (1966). "Patterns of Opposition", em Robert A. Dahl (org.), *Political Oppositions in Western Democracies*, New Haven, Conn, pp. 332-47.
- De Bruycker, Walgrave (2013) "How a New Issue Becomes an Owned Issue. Media Coverage and the Financial Crisis in Belgium (2008-2009)", *International Journal of Public Opinion Research*, 26(1), 86-97.
- De Vreese, C. (2005) "News framing: Theory and Typology", *Information Design Journal + Document Design*, 13(1), 51-62.
- Downs, A. (1957), *An economic theory of democracy*, New York, Harper and Row.

- Duverger, M. (1951), *Political Parties*, London, Methuen.
- Franzmann, S. T. (2011), "Competition, contest, and cooperation; the analytic framework of the issue market", *Journal of Theoretical Politics*, 23 (3), 317-343.
- Freire, A. (2006), "The Party System of Portugal", em O. Niedermayer, R. Stoss e M. Haas (orgs.), *Die Parteiensysteme Westeuropas*, VS Verlag für Sozialwissenschaften, Wiesbaden, pp. 373-396.
- Freire, A. (2007) 'Issue voting in Portugal', in *Portugal at the Polls*, eds A. Freire, M. Costa Lobo & P. C. Magalhães, Lexington Books, Lanham, MD, pp. 101–124.
- Freire, A. e J. Santana-Pereira (2011), "Portugal 2011: The victory of the neoliberal right, the defeat of the left", *Portuguese Journal of Social Sciences*, (Online), 11 (2), pp. 179-187.
- Freire, A. e M. Mourinho (2012), "Sistema eleitoral, de partidos e de governo: o caso português em perspectiva comparada", em André Freire (org.), *O Sistema Político Português Séculos XIX-XXI*, Lisboa, Almedina.
- Freire, A. (2015), "Os anos difíceis da era da troika e as perspectivas futuras", em Marco Lisi (org.), *As eleições legislativas no Portugal Democrático (1975-2015)*, Lisboa, Assembleia da República.
- Green, J. (2007) "Owning the issue agenda: Party strategies and vote choices in British elections", *Electoral Studies*, 27, 460-476.
- Green-Pedersen, C. (2004), "Center Parties, Party Competition, and the Implosion of Party Systems: study of Centripetal Tendencies in Multiparty Systems", *Political Studies*, (Online), 52 (2), pp. 324-341.
- Green-Pedersen, C. (2007), "The Growing Importance of Issue Competition: The Changing Nature of Party Competition in Western Europe", *Political Studies*, 55, 607-628.
- Green-Pedersen, C.. Mortensen (2007), "Issue-competition, Issue-ownership, and Political Parties" Comunicação apresentada na 65ª Conferência Annual da MPSA.
- Guinaudeau, I., Simon Persico (2013), "What is Issue Competition? Conflict, Consensus and Issue Ownership in Party Competition", *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, 24 (3), 312-333.
- Gunther, R., P. N. Diamandouros e Hans-Jürgen Puhle (orgs.) (1995), *The Politics of Democratic Consolidation Southern Europe in Comparative Perspective*, Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- Gunther, R., Larry Diamnod (2003), "Species of political parties. A New Typology", *Party Politics*, 9: (2) 167-199.
- Inglehart, R. e Hans-Dieter Klingemann (1976), "Party identification, ideological preference and the Left-Right dimension among Western mass publics", em I. Budge, I. Crewe e D.J. Farlie (orgs.), *Party Identification and Beyond: Representations of Voting and Party Competition*, London, John Wiley.
- Jalali, Carlos (2007), *Partidos e Democracia em Portugal 1974-2005*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Jalali, Carlos (2017), *Partidos e sistemas Partidários*, Lisboa, FMMS.
- Katz, R. e P. Mair (1995), "Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party", *Party Politics*, (Online), 1 (1), pp. 5-28.

- Kriesi, H. (2010) "Restructuration of Partisan Politics and the Emergence of a New Cleavage Based on Values", *West European Politics*, 33 (3, 673-685.)
- Laver, M (1990), *Multiparty Government: The politics of coalition in Europe*. Oxford, Oxford University Press.
- Laver, MI (1997), *Private Desires, Political Action, An Invitation to the Politics of Rational Choice*, London, Sage Publications.
- Lipset, S.M. e S. Rokkan (1967). "Cleavage Structures, Party Systems and Voter alignments: An Introduction", em S. M. Lipset e S. Rokkan (orgs.), *Party System and Voter Alignments: Cross National Perspectives*, Nova Iorque, The Free Press.
- Mair, P. (1997), *Party System Change - approaches and interpretations*, Oxford, Oxford University Press.
- Mair, P., Wolfgang C. Müller, Fritz Plasser (2004), *Political Parties & Electoral Change. Party Responses to Electoral Markets*, London, Sage Publications.
- Mair, P. (2006), "Party System Change", em Richard S. Katz e William J. Crotty, *Handbook of Party Politics*, London, Sage Publications.
- Mair, P. (2008), "Political parties and party systems", em P. Graziano e M.P. Vink (orgs.), *Europeanizations. New Research Agendas*, Basingstoke, Palgrave Macmillan.
- Magalhães, P. C. (2012), "After the Bailout: Responsibility, Policy, and Valence in the Portuguese Legislative Election of June 2011", *South European Society and Politics*, (Online), 17 (2), pp. 309-327.
- Magalhães, P. C. (2014), "Introduction . Financial Crisis, Austerity, and Electoral Politics ", *Journal fo Elections, Public Opinion and Parties*, 24 (2), pp. 125-133.
- Miklin, E. (2014), "From 'sleeping giant' to left-right politicization? National party competition on the EU and the Euro crisis", *Journal of Common Market Studies*, 52 (6), 1199-1206.
- Muller, W.C, K. Strom (ed.) (1999) *Policy, office, ore votes?: how political parties in Western Europe make hard decisions*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Petrocik, J. R. (1996). 'Issue Ownership in Presidential Elections, with a 1980 Case Study', *American Journal of Political Science*, 40:3, 825-50.
- Pierson, P. (2001), "Coping with permanent austerity: Welfare State restructuring in affluent democracia", em Paul Pierson (orgs.), *The new politics of the Welfare State*, Oxford, Oxford University Press.
- Sartori, G. (1976), *Parties and Party Systems: A Framework of Analysis*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Schmidt, V.A (2004), "Policy change and discourse in Europe: conceptual and methodological issues", *West European Politics*, 27 (2), 183-210.
- Schmidt, V.A. (2008) "Discursive institutionalism: the explanatory power of ideas and discourse". *Annual Review of Political Science*, 11, 303-326.

- Schmidt, V.A. (2010). "Taking ideas and discourse seriously: explaining change through discursive institutionalism as the fourth new institutionalism", *European Political Science Review*, 2: 1, 1–25.
- Schmidt, V.A (2011), "Speaking of Change: Why Discourse is Key to the Dynamics of Policy Transformation", *Critical Policy Studies*, 5 (2): 106-126.
- Schmidt, V.A (2014), "Speaking to the markets or to the people? A discursive institutionalist analysis of the EU's sovereign debt crisis", *British Journal of Politics and International Relations*, 16 (1): 188-209.
- Strom, K. (1990) "A Behavioral Theory of Competitive Political Parties", *American Journal of Political Science*, 34(2), 565-598.
- Van Der Brug, W. (2001), "Perceptions, opinions and party preferences in the face of a real world event", *Journal of Theoretical Politics*, 13 (1), pp. 53-80.
- Fairclough N. e Wodak R. (1997), "Critical Discourse Analysis", em Van Dijk (org.), *Discourse as Social Interaction*, London, Sage: 258-284.
- Vasilopoulou, S. e D. Halikiopoulou (2013), "In the Shadow of Grexit: The Greek Election of 17 June 2012", *South European Society and Politics*, (Online), 18 (4), pp. 523-542.
- Vasilopoulou, S., D. Halikiopoulou (2014), "In the Shadow of Grexit: The Greek Election of 17 June 2012", *South European Society and Politics*, (Online), 18 (4), pp. 523-542.
- Van der Brug, Wouter (2004). 'Issue Ownership and Party Choice', *Electoral Studies*, 23:2, 209–33.
- Walgrave, S, De Swert (2007) "Where does issue ownership come from? From the party or from the media? Issue-party identifications in Belgium, 1991-2005", *Harvard International Journal of Press/Politics* 12 (1), 37-67.
- Walgrave, S., J.Lefevere, and A.Tresch (2012). 'The Associative Dimension of Issue Ownership', *Public Opinion Quarterly*, 76:4, 771–82.
- Walgrave, S., J. Lefevere, and A. Tresch (2014). 'The Limits of Issue Ownership Dynamics: The Constraining Effect of Party Preference', *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, 24:1, 1–19.
- Ware, A. (1996), *Political Parties and Party Systems*, Oxford, Oxford University Press.
- Weber, Max (1971), *Economie et Societé*, Paris, Librairie Plon.
- Wodak, R. (2009), *Methods of Critical Discourse Analysis*, London, Sage.

ANEXOS

ANEXO A: Análise descritiva

Enquadramento do tema do segmento face à crise

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Causas/responsabilidade da crise	18	9,4	9,4	9,4
	Propostas para superação da crise	136	70,8	70,8	80,2
	Causa e solução	38	19,8	19,8	100,0
	Total	192	100,0	100,0	

Ação partidária

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	AP Cooperativa	16	8,3	13,0	13,0
	AP Competitiva	107	55,7	87,0	100,0
	Total	123	64,1	100,0	
Ausente	-5	69	35,9		
Total		192	100,0		

Crise Internacional

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	CI Justificação	26	13,5	13,5	13,5
	CI Pretexto	4	2,1	2,1	15,6
	CI Ausente	162	84,4	84,4	100,0
	Total	192	100,0	100,0	

Política e Instituições Europeia

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	PIEU Alinhamento	23	12,0	12,0	12,0
	PIEU Críticas	11	5,7	5,7	17,7
	PIEU Ausente	158	82,3	82,3	100,0
	Total	192	100,0	100,0	

Abertura e dependência externa

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	ADE Necessária	7	3,6	15,2	15,2
	ADE Prejudicial	39	20,3	84,8	100,0
	Total	46	24,0	100,0	
Ausente	-5	146	76,0		
Total		192	100,0		

Política Social

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	PS Propostas	27	14,1	37,5	37,5
	PS Críticas	45	23,4	62,5	100,0
	Total	72	37,5	100,0	
Ausente	-5	120	62,5		
Total		192	100,0		

Política Econômica

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	PEC Propostas	30	15,6	36,1	36,1
	PEC Críticas	53	27,6	63,9	100,0
	Total	83	43,2	100,0	
Ausente	-5	109	56,8		
Total		192	100,0		

Finanças Públicas

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	FP Propostas	66	34,4	42,0	42,0
	FP Críticas	91	47,4	58,0	100,0
	Total	157	81,8	100,0	
Ausente	-5	35	18,2		
Total		192	100,0		

Tipo Discurso

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Cognitivo	171	89,1	89,1	89,1
	Normativo	21	10,9	10,9	100,0
	Total	192	100,0	100,0	

Nível Discurso

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Ideológico	9	4,7	4,7	4,7
	Programático	85	44,3	44,3	49,0

Política Pública	51	26,6	26,6	75,5
Identitário	47	24,5	24,5	100,0
Total	192	100,0	100,0	

Objeto Discurso

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Coordenação	177	92,2	92,2	92,2
	Comunicação	15	7,8	7,8	100,0
	Total	192	100,0	100,0	

		Ação partidária			
		AP Cooperativa		AP Competitiva	
		Contagem	N % da linha	Contagem	N % da linha
Partido responsável pela intervenção	Governo	9	27,3%	24	72,7%
	PS	4	17,4%	19	82,6%
	PSD	3	10,0%	27	90,0%
	PCP	0	0,0%	5	100,0%
	CDS-PP	0	0,0%	12	100,0%
	BE	0	0,0%	13	100,0%
	PEV	0	0,0%	7	100,0%

		Crise Internacional			
		CI Justificação		CI Pretexto	
		Contagem	N % da linha	Contagem	N % da linha
Partido responsável pela intervenção	Governo	13	27,7%	0	0,0%
	PS	13	46,4%	0	0,0%
	PSD	0	0,0%	3	7,5%
	PCP	0	0,0%	0	0,0%
	CDS-PP	0	0,0%	0	0,0%
	BE	0	0,0%	0	0,0%
	PEV	0	0,0%	1	7,7%

		Crise Internacional	
		CI Ausente	
		Contagem	N % da linha
Partido responsável pela intervenção	Governo	34	72,3%
	PS	15	53,6%
	PSD	37	92,5%
	PCP	14	100,0%
	CDS-PP	21	100,0%
	BE	29	100,0%

PEV	12	92,3%
-----	----	-------

		Política e Instituições Europeia			
		PIEU Alinhamento		PIEU Críticas	
		Contagem	N % da linha	Contagem	N % da linha
Partido responsável pela intervenção	Governo	14	29,8%	0	0,0%
	PS	6	21,4%	0	0,0%
	PSD	2	5,0%	3	7,5%
	PCP	0	0,0%	3	21,4%
	CDS-PP	0	0,0%	0	0,0%
	BE	1	3,4%	2	6,9%
	PEV	0	0,0%	3	23,1%

		Política e Instituições Europeia	
		PIEU Ausente	
		Contagem	N % da linha
Partido responsável pela intervenção	Governo	33	70,2%
	PS	22	78,6%
	PSD	35	87,5%
	PCP	11	78,6%
	CDS-PP	21	100,0%
	BE	26	89,7%
	PEV	10	76,9%

		Abertura e dependência externa			
		ADE Necessária		ADE Prejudicial	
		Contagem	N % da linha	Contagem	N % da linha
Partido responsável pela intervenção	Governo	3	20,0%	12	80,0%
	PS	0	0,0%	2	100,0%
	PSD	3	25,0%	9	75,0%
	PCP	0	0,0%	5	100,0%
	CDS-PP	1	25,0%	3	75,0%
	BE	0	0,0%	4	100,0%
	PEV	0	0,0%	4	100,0%

		Política Social			
		PS Propostas		PS Críticas	
		Contagem	N % da linha	Contagem	N % da linha
Partido responsável pela intervenção	Governo	19	95,0%	1	5,0%
	PS	6	100,0%	0	0,0%
	PSD	0	0,0%	12	100,0%

	PCP	0	0,0%	7	100,0%
	CDS-PP	2	20,0%	8	80,0%
	BE	0	0,0%	15	100,0%
	PEV	0	0,0%	2	100,0%

		Política Económica			
		PEC Propostas		PEC Críticas	
		Contagem	N % da linha	Contagem	N % da linha
Partido responsável pela intervenção	Governo	21	95,5%	1	4,5%
	PS	5	100,0%	0	0,0%
	PSD	3	15,0%	17	85,0%
	PCP	0	0,0%	5	100,0%
	CDS-PP	0	0,0%	13	100,0%
	BE	0	0,0%	11	100,0%
	PEV	1	14,3%	6	85,7%

		Finanças Públicas			
		FP Propostas		FP Críticas	
		Contagem	N % da linha	Contagem	N % da linha
Partido responsável pela intervenção	Governo	38	97,4%	1	2,6%
	PS	23	100,0%	0	0,0%
	PSD	5	16,1%	26	83,9%
	PCP	0	0,0%	14	100,0%
	CDS-PP	0	0,0%	17	100,0%
	BE	0	0,0%	23	100,0%
	PEV	0	0,0%	10	100,0%

		Tipo Discurso			
		Cognitivo		Normativo	
		Contagem	N % da linha	Contagem	N % da linha
Partido responsável pela intervenção	Governo	44	93,6%	3	6,4%
	PS	24	85,7%	4	14,3%
	PSD	32	80,0%	8	20,0%
	PCP	13	92,9%	1	7,1%
	CDS-PP	20	95,2%	1	4,8%
	BE	28	96,6%	1	3,4%
	PEV	10	76,9%	3	23,1%

		Nível Discurso			
		Ideológico		Programático	
		Contagem	N % da linha	Contagem	N % da linha

Partido responsável pela intervenção	Governo	5	10,6%	20	42,6%
	PS	1	3,6%	12	42,9%
	PSD	1	2,5%	15	37,5%
	PCP	0	0,0%	8	57,1%
	CDS-PP	0	0,0%	6	28,6%
	BE	2	6,9%	15	51,7%
	PEV	0	0,0%	9	69,2%

		Nível Discurso			
		Política Pública		Identitário	
		Contagem	N % da linha	Contagem	N % da linha
Partido responsável pela intervenção	Governo	12	25,5%	10	21,3%
	PS	4	14,3%	11	39,3%
	PSD	9	22,5%	15	37,5%
	PCP	5	35,7%	1	7,1%
	CDS-PP	12	57,1%	3	14,3%
	BE	8	27,6%	4	13,8%
	PEV	1	7,7%	3	23,1%

		Objeto Discurso			
		Coordenação		Comunicação	
		Contagem	N % da linha	Contagem	N % da linha
Partido responsável pela intervenção	Governo	46	97,9%	1	2,1%
	PS	26	92,9%	2	7,1%
	PSD	37	92,5%	3	7,5%
	PCP	13	92,9%	1	7,1%
	CDS-PP	18	85,7%	3	14,3%
	BE	26	89,7%	3	10,3%
	PEV	11	84,6%	2	15,4%

ANEXO B: Análise multivariada - Temas

Resumo de processamento do caso

Casos ativos válidos	5
Casos ativos com valores ausentes	187
Casos complementares	0
Total	192
Casos utilizados na análise	192

Histórico de iteração

Número de iteração	Variância contabilizada para	Perda
--------------------	------------------------------	-------

	Total	Aumentar	
31 ^a	1,095510	,000009	5,904490

a. O processo de iteração foi interrompido porque o valor de teste de convergência foi atingido.

Resumo do modelo

Dimensão	Alfa de Cronbach	Variância contabilizada para		
		Total (autovalor)	Inércia	% de variância
1	,758	2,852	,407	40,749
2	,395	1,512	,216	21,600
3	,271	1,302	,186	18,602
4	,163	1,162	,166	16,605
5	,102	1,096	,157	15,654
6	-,043	,965	,138	13,781
7	-,166	,875	,125	12,503
8	-,321	,784	,112	11,207
9	-,437	,727	,104	10,391
10	-,506	,697	,100	9,962
11	-,612	,656	,094	9,369
12	-1,092	,517	,074	7,379
Total		13,146	1,878	
Média	,102 ^a	1,096	,157	15,650

a. A Média de Alfa de Cronbach tem como base o autovalor médio.

Dimensão

Resumo de processamento do caso

Casos ativos válidos	5
Casos ativos com valores ausentes	187
Casos complementares	0
Total	192
Casos utilizados na análise	192

Histórico de iteração

Número de iteração	Variância contabilizada para		Perda
	Total	Aumentar	
28 ^a	2,182175	,000007	4,817825

a. O processo de iteração foi interrompido porque o valor de teste de convergência foi atingido.

Resumo do modelo

Dimensão	Alfa de Cronbach	Variância contabilizada para		
		Total (autovalor)	Inércia	% de variância
1	,758	2,852	,407	40,749
2	,395	1,512	,216	21,599
Total		4,364	,623	
Média	,632 ^a	2,182	,312	31,174

a. A Média de Alfa de Cronbach tem como base o autovalor médio.

Ação partidária

Pontos: Contribuições

Categoria	Frequência	Massa	Inércia	Contribuição		
				De ponto para inércia de dimensão		De dimensão para inércia de ponto
				1	2	1
AP Cooperativa	16	,012	,131	,101	,001	,314
AP Competitiva	107	,080	,063	,000	,054	,002
Categoria extra	69	,051	,092	,017	,090	,076
Total ativo		,092	,286	,118	,144	

Ação partidária

Pontos: Contribuições

Categoria	Contribuição	
	De dimensão para inércia de ponto	
	2	Total
AP Cooperativa	,001	,315
AP Competitiva	,183	,185
Categoria extra	,212	,288
Total ativo		

Normalização principal de variável.

Crise Internacional

Pontos: Contribuições

Categoria	Frequência	Massa	Inércia	Contribuição		
				De ponto para inércia de dimensão		De dimensão para inércia de ponto
				1	2	1
CI Justificação	26	,019	,124	,142	,009	,469
CI Pretexto	4	,003	,140	,003	,139	,007
CI Ausente	162	,121	,022	,020	,009	,374
Total ativo		,143	,286	,165	,157	

Crise Internacional

Pontos: Contribuições

Categoria	Contribuição	
	De dimensão para inércia de ponto	
	2	Total
CI Justificação	,016	,485
CI Pretexto	,214	,221
CI Ausente	,090	,464
Total ativo		

Normalização principal de variável.

Política e Instituições Europeia

Pontos: Contribuições

Categoria	Frequência	Massa	Inércia	Contribuição		
				De ponto para inércia de dimensão		De dimensão para inércia de ponto
				1	2	1
PIEU Alinhamento	23	,017	,126	,114	,094	,371
PIEU Críticas	11	,008	,135	,022	,141	,065
PIEU Ausente	158	,118	,025	,008	,047	,131
Total ativo		,143	,286	,144	,282	

Política e Instituições Europeia

Pontos: Contribuições

Categoria	Contribuição	
	De dimensão para inércia de ponto	
	2	Total
PIEU Alinhamento	,161	,532
PIEU Críticas	,227	,292
PIEU Ausente	,398	,529
Total ativo		

Normalização principal de variável.

Abertura e dependência externa

Pontos: Contribuições

Categoria	Frequência	Massa	Inércia	Contribuição		
				De ponto para inércia de dimensão		De dimensão para inércia de ponto
				1	2	1
ADE Necessária	7	,005	,138	,005	,004	,015
ADE Prejudicial	39	,029	,114	,001	,236	,002
Categoria extra	146	,109	,034	,001	,070	,010
Total ativo		,034	,286	,007	,311	

Abertura e dependência externa

Pontos: Contribuições

Categoria	Contribuição	
	De dimensão para inércia de ponto	
	2	Total
ADE Necessária	,006	,022
ADE Prejudicial	,449	,451
Categoria extra	,444	,454
Total ativo		

Normalização principal de variável.

Política Social

Pontos: Contribuições

Categoria	Frequência	Massa	Inércia	Contribuição		
				De ponto para inércia de dimensão		De dimensão para inércia de ponto
				1	2	1
PS Propostas	27	,020	,123	,088	,040	,293
PS Críticas	45	,033	,109	,056	,007	,209
Categoria extra	120	,089	,054	,000	,002	,000
Total ativo		,054	,286	,145	,049	

Política Social

Pontos: Contribuições

Categoria	Contribuição	
	De dimensão para inércia de ponto	
	2	Total
PS Propostas	,070	,363
PS Críticas	,014	,223
Categoria extra	,007	,007
Total ativo		

Normalização principal de variável.

Política Económica

Pontos: Contribuições

Categoria	Frequência	Massa	Inércia	Contribuição		
				De ponto para inércia de dimensão		De dimensão para inércia de ponto
				1	2	1
PEC Propostas	30	,022	,121	,122	,001	,411
PEC Críticas	53	,039	,103	,065	,038	,257
Categoria extra	109	,081	,062	,000	,014	,000
Total ativo		,062	,286	,187	,053	

Política Económica

Pontos: Contribuições

Categoria	Contribuição	
	De dimensão para inércia de ponto	
	2	Total
PEC Propostas	,002	,413
PEC Críticas	,080	,337
Categoria extra	,049	,050
Total ativo		

Normalização principal de variável.

Finanças Públicas

Pontos: Contribuições

Categoria	Frequência	Massa	Inércia	Contribuição
-----------	------------	-------	---------	--------------

				De ponto para inércia de dimensão		De dimensão para inércia de ponto
				1	2	1
FP Propostas	66	,049	,094	,147	,002	,641
FP Críticas	91	,068	,075	,083	,000	,448
Categoria extra	35	,026	,117	,004	,001	,014
Total ativo		,117	,286	,234	,004	

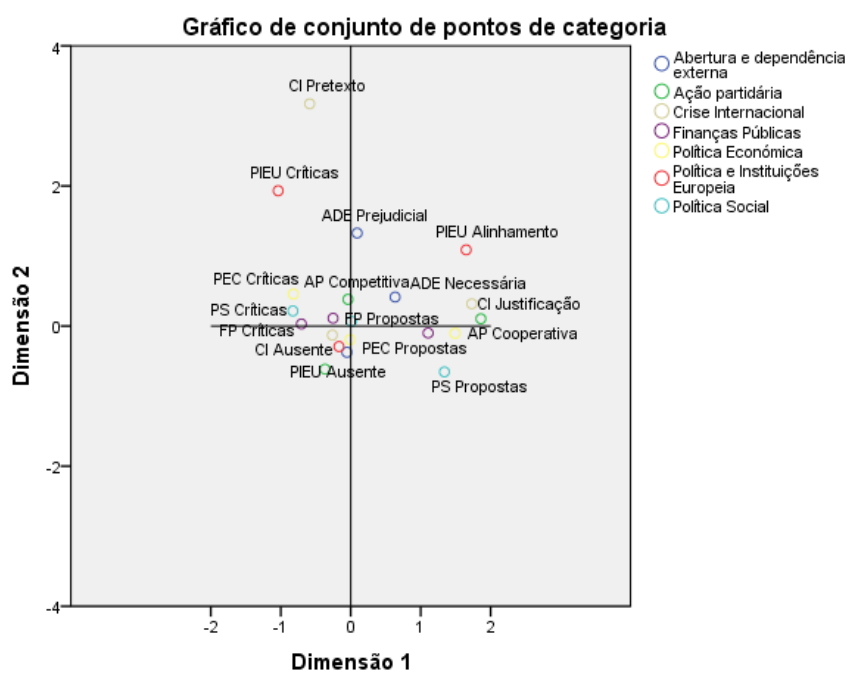
Finanças Públicas

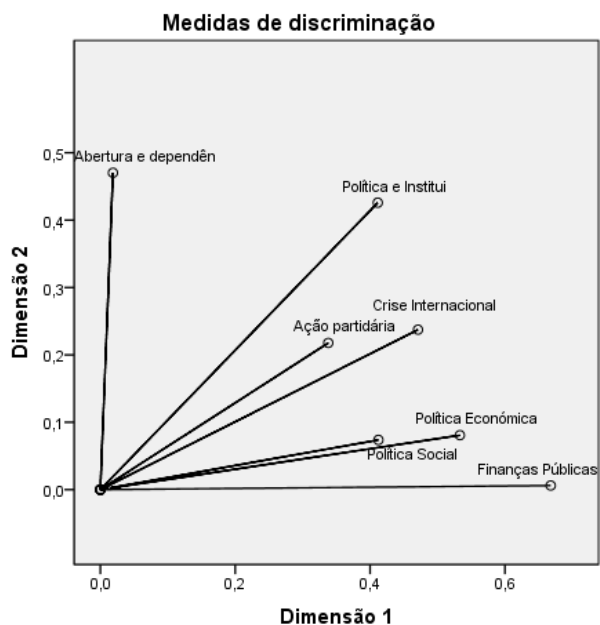
Pontos: Contribuições

Categoria	Contribuição	
	De dimensão para inércia de ponto	
	2	Total
FP Propostas	,005	,646
FP Críticas	,001	,449
Categoria extra	,003	,017
Total ativo		

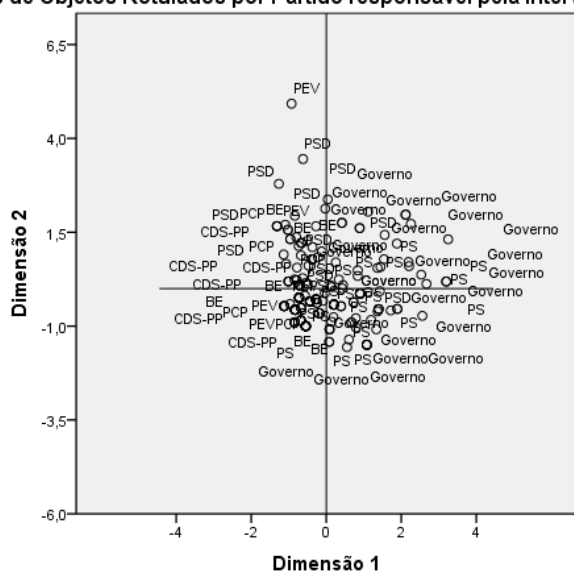
Normalização principal de variável.

Pontos de categoria





Pontos de Objetos Rotulados por Partido responsável pela intervenção



Variáveis transformadas de correlações

Dimensão: 1

	Ação partidária	Crise Internacional	Política e Instituições Europeia	Abertura e dependência externa
Ação partidária	1,000	,294	,315	,070
Crise Internacional	,294	1,000	,418	,002
Política e Instituições Europeia	,315	,418	1,000	,129
Abertura e dependência externa	,070	,002	,129	1,000
Política Social	,224	,294	,244	-,024
Política Económica	,300	,342	,315	,061

Finanças Públicas	,368	,482	,384	,121
Dimensão	1	2	3	4
Autovalor	2,852	1,041	,853	,731

Variáveis transformadas de correlações

Dimensão: 1

	Política Social	Política Económica	Finanças Públicas
Ação partidária	,224	,300	,368
Crise Internacional	,294	,342	,482
Política e Instituições Europeia	,244	,315	,384
Abertura e dependência externa	-,024	,061	,121
Política Social	1,000	,438	,470
Política Económica	,438	1,000	,553
Finanças Públicas	,470	,553	1,000
Dimensão	5	6	7
Autovalor	,581	,546	,395

Normalização principal de variável.

ANEXO C: Análise multivariada - Discurso

Resumo de processamento do caso

Casos ativos válidos	192
Casos ativos com valores ausentes	0
Casos complementares	0
Total	192
Casos utilizados na análise	192

Histórico de iteração

Número de iteração	Variância contabilizada para		Perda
	Total	Aumentar	
3 ^a	1,000000	,000000	2,000000

a. O processo de iteração foi interrompido porque o valor de teste de convergência foi atingido.

Resumo do modelo

Dimensão	Alfa de Cronbach	Variância contabilizada para		
		Total (autovalor)	Inércia	% de variância
1	,370	1,327	,442	44,241
2	,095	1,068	,356	35,591
3	,000	1,000	,333	33,333
4	-,249	,858	,286	28,590
5	-,507	,747	,249	24,912
Total		5,000	1,667	

Média	,000 ^a	1,000	,333	33,333
-------	-------------------	-------	------	--------

a. A Média de Alfa de Cronbach tem como base o autovalor médio.

Dimensão

Resumo de processamento do caso

Casos ativos válidos	192
Casos ativos com valores ausentes	0
Casos complementares	0
Total	192
Casos utilizados na análise	192

Histórico de iteração

Número de iteração	Variância contabilizada para		Perda
	Total	Aumentar	
38 ^a	1,197410	,000009	1,802590

a. O processo de iteração foi interrompido porque o valor de teste de convergência foi atingido.

Resumo do modelo

Dimensão	Alfa de Cronbach	Variância contabilizada para		
		Total (autovalor)	Inércia	% de variância
1	,370	1,327	,442	44,241
2	,095	1,068	,356	35,587
Total		2,395	,798	
Média	,247 ^a	1,197	,399	39,914

a. A Média de Alfa de Cronbach tem como base o autovalor médio.

Quantificações

Tipo Discurso

Pontos: Coordenadas

Categoria	Frequência	Coordenadas de centroide	
		Dimensão	
		1	2
Cognitivo	171	-,188	,168
Normativo	21	1,530	-1,370

Normalização principal de variável.

Nível Discurso

Pontos: Coordenadas

Categoria	Frequência	Coordenadas de centroide	
		Dimensão	
		1	2
Ideológico	9	-,602	-1,261
Programático	85	-,353	-,719
Política Pública	51	-,519	1,255

Identitário	47	1,317	,180
-------------	----	-------	------

Normalização principal de variável.

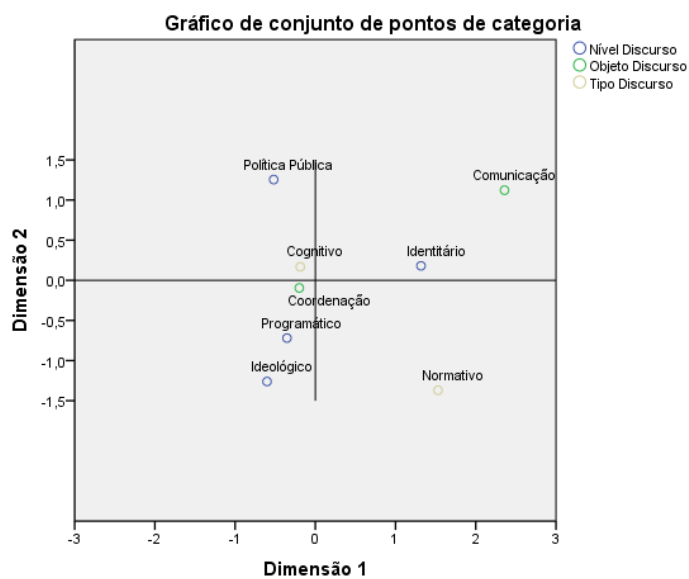
Objeto Discurso

Pontos: Coordenadas

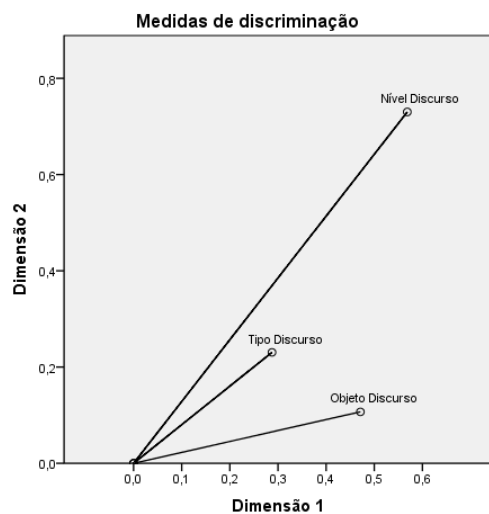
Categoria	Frequência	Coordenadas de centroide	
		Dimensão	
		1	2
Coordenação	177	-,200	-,095
Comunicação	15	2,358	1,123

Normalização principal de variável.

Pontos de categoria

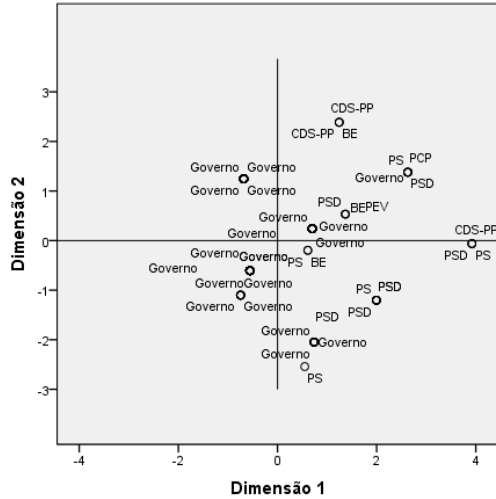


Normalização principal de variável.



Normalização principal de variável.

Pontos de Objetos Rotulados por Partido responsável pela intervenção



Normalização principal de variável.

Variáveis transformadas de correlações

Dimensão: 1

	Tipo Discurso	Nível Discurso	Objeto Discurso
Tipo Discurso	1,000	,156	,085
Nível Discurso	,156	1,000	,238
Objeto Discurso	,085	,238	1,000
Dimensão	1	2	3
Autovalor	1,327	,924	,749

ANEXO D: Análise de clusters

Resumo de processamento do caso^a

Casos					
Válido		Ausente		Total	
N	Porcentagem	N	Porcentagem	N	Porcentagem
7	100,0	0	,0	7	100,0

a. Ligação de Ward

Matriz de proximidade

Caso	Distância Euclidiana Quadrática						
	1:GOVERNO	2:PS	3:PSD	4:PCP	5:CDS-PP	6:BE	7:PEV
1:GOVERNO	,000	,250	2,558	3,415	3,453	3,015	3,513
2:PS	,250	,000	1,951	3,185	3,131	2,651	2,772
3:PSD	2,558	1,951	,000	,498	1,018	,563	,178
4:PCP	3,415	3,185	,498	,000	,489	,140	,731
5:CDS-PP	3,453	3,131	1,018	,489	,000	,392	1,768
6:BE	3,015	2,651	,563	,140	,392	,000	,891
7:PEV	3,513	2,772	,178	,731	1,768	,891	,000

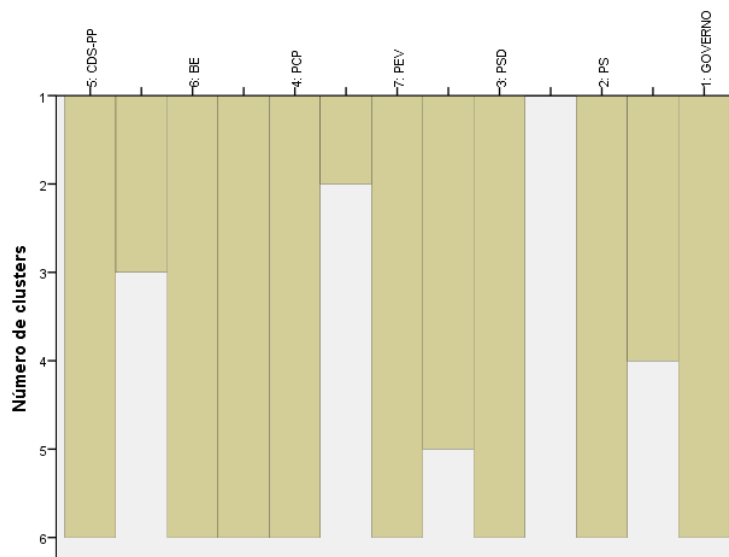
Esta é uma matriz de dissimilaridade

Ligação de Ward

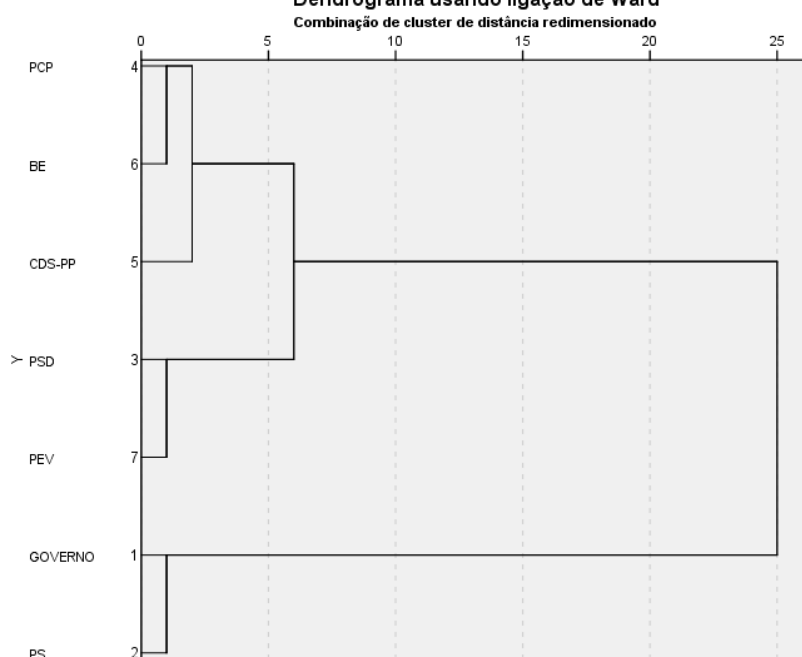
Planejamento de aglomeração

Estágio	Cluster combinado		Coeficientes	O cluster de estágio é exibido primeiro		Próximo estágio
	Cluster 1	Cluster 2		Cluster 1	Cluster 2	
	1	4		6	,070	
2	3	7	,159	0	0	5
3	1	2	,284	0	0	6
4	4	5	,554	1	0	5
5	3	4	1,459	2	4	6
6	1	3	5,223	3	5	0

Caso



Dendrograma usando ligação de Ward



Resumo de processamento do casos

Casos					
Válido		Ausente		Total	
N	Porcentagem	N	Porcentagem	N	Porcentagem
7	100,0	0	,0	7	100,0

a. Ligação de centroide

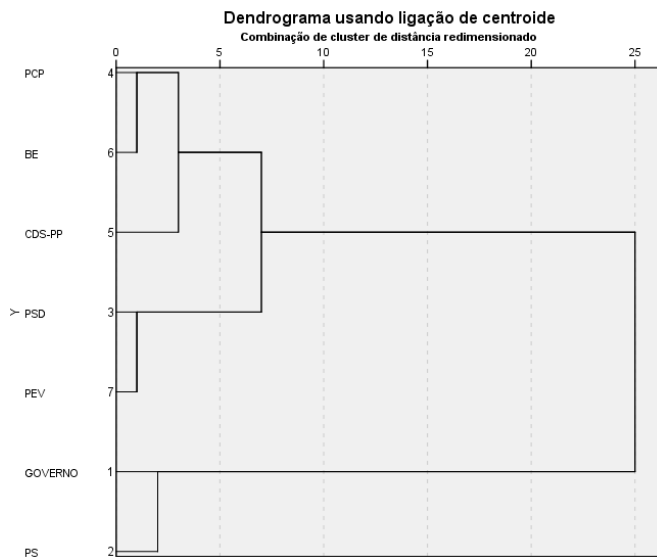
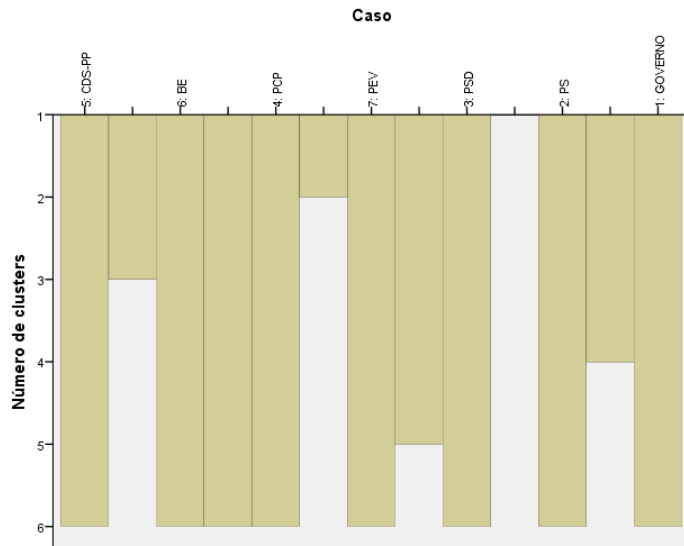
Matriz de proximidade

Caso	Distância Euclidiana Quadrática						
	1:GOVERNO	2:PS	3:PSD	4:PCP	5:CDS-PP	6:BE	7:PEV
1:GOVERNO	,000	,250	2,558	3,415	3,453	3,015	3,513
2:PS	,250	,000	1,951	3,185	3,131	2,651	2,772
3:PSD	2,558	1,951	,000	,498	1,018	,563	,178
4:PCP	3,415	3,185	,498	,000	,489	,140	,731
5:CDS-PP	3,453	3,131	1,018	,489	,000	,392	1,768
6:BE	3,015	2,651	,563	,140	,392	,000	,891
7:PEV	3,513	2,772	,178	,731	1,768	,891	,000

Esta é uma matriz de dissimilaridade

Planejamento de aglomeração

Estágio	Cluster combinado		Coeficientes	O cluster de estágio é exibido primeiro		Próximo estágio
	Cluster 1	Cluster 2		Cluster 1	Cluster 2	
1	4	6	,140	0	0	4
2	3	7	,178	0	0	5
3	1	2	,250	0	0	6
4	4	5	,405	1	0	5
5	3	4	,754	2	4	6
6	1	3	2,635	3	5	0



Cluster rápido

Centros de cluster iniciais

	Cluster		
	1	2	3
Dimensão de pontuações do objeto 1	-0.22	-0.11	0.32
Dimensão de pontuações do objeto 2	-0.07	0.67	-0.43
Dimensão de pontuações do objeto 1	1.02	-0.68	-0.65
Dimensão de pontuações do objeto 2	-0.11	-0.17	0.44

Histórico de iteração^a

Iteração	Alteração em centros de cluster
----------	---------------------------------

	1	2	3
1	,250	,424	,211
2	,000	,000	,000

a. Convergência alcançada devido a nenhuma ou pequena alteração em centros de cluster. A mudança de coordenada absoluta máxima para qualquer centro é ,000. A iteração atual é 2. A distância mínima entre os centros iniciais é 1,330.

Centros de cluster finais

	Cluster		
	1	2	3
Discurso - dim 1	.01	-.19	.30
Discurso - dim2	-.11	.27	-.26
Tema - dim1	.94	-.73	-.55
Tema - dim2	-.17	-.07	.38

ANOVA

	Cluster		Erro		F	Sig.
	Quadrado Médio	df	Quadrado Médio	df		
Discurso-dimensão 1	,146	2	,029	4	5,013	,081
Discurso - dimensão 2	,189	2	,075	4	2,501	,197
Tema - dimensão 1	1,829	2	,011	4	165,110	,000
Tema - dimensão 2	,171	2	,023	4	7,456	,045

Os testes F devem ser usados apenas para finalidades descritivas porque os cluster foram escolhidos para maximizar as diferenças entre os casos em clusters diferentes. Os níveis de significância observados não estão corrigidos para isso e, dessa forma, não podem ser interpretados como testes da hipótese de que as médias de cluster são iguais.

ANOVA

		Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	F
Dimensão de pontuações do objeto 1	Entre Grupos	,292	2	,146	5,013
	Nos grupos	,117	4	,029	
	Total	,409	6		
Dimensão de pontuações do objeto 2	Entre Grupos	,377	2	,189	2,501
	Nos grupos	,302	4	,075	
	Total	,679	6		
Dimensão de pontuações do objeto 1	Entre Grupos	3,657	2	1,829	165,110
	Nos grupos	,044	4	,011	
	Total	3,701	6		
Dimensão de pontuações do objeto 2	Entre Grupos	,342	2	,171	7,456
	Nos grupos	,092	4	,023	
	Total	,434	6		

ANOVA

		Sig.
Dimensão de pontuações do objeto 1	Entre Grupos	,081

	Nos grupos	
	Total	
Dimensão de pontuações do objeto 2	Entre Grupos	,197
	Nos grupos	
	Total	
Dimensão de pontuações do objeto 1	Entre Grupos	,000
	Nos grupos	
	Total	
Dimensão de pontuações do objeto 2	Entre Grupos	,045
	Nos grupos	
	Total	

ANEXO E - Corpus

Debate	Data	N intervenções	N intervenções por partido
PEC I	25/03/2010	24	Governo - 5 PS - 4 PSD - 6 PCP - 1 CDS-PP - 2 BE - 4 PEV - 2
PEC II	30/04/2011	29	Governo - 14 PS - 1 PSD - 2 PCP - 2 CDS-PP - 3 BE - 5 PEV - 2
OE 2011	2 e 3/11/2011	106	Governo - 18 PS - 19 PSD - 26 PCP - 9 CDS-PP - 13 BE - 15 PEV - 6
PEC IV	23/03/2011	33	Governo - 10 PS - 4 PSD - 6 PCP - 2 CDS-PP - 3 BE - 5 PEV - 3